



RENOVAÇÃO GERACIONAL E O PAPEL DAS COOPERATIVAS FOI TEMA CENTRAL DO FÓRUM DA PRESIDÊNCIA DA COGECA

DESTAQUE

Vêm ai Novos Apoios para a Apicultura

ATUALIDADE

A Gestão de Efluentes Pecuários nas
Explorações de Produção de Leite

DESTAQUE

PEPAC. A Marchar em que Sentido?

ATUALIDADE

Nova Rotulagem de Vinhos e
Produtos Vitivinícolas

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





APRECIE SABOREIE DEGUSTE COM MODERAÇÃO



Seja responsável, beba com moderação

www.fenadegasvinhocommoderacao.pt

POLÍTICA AGRÍCOLA



Idalino Leão

Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

Ao longo de décadas Portugal não teve um plano e um compromisso de desenvolvimento territorial, onde se elevasse as principais características de cada território, bem como a ligação harmoniosa entre os vários sectores de atividade. Sendo Portugal um País pequeno na sua dimensão, é imensamente rico na sua diversidade no que à Agricultura diz respeito.

Este momento pré eleitoral pode e deve ser aproveitado para que as forças políticas, que se irão apresentar a eleições, digam o que pensam para o futuro do sector.

É inaceitável que os rendimentos dos agricultores estejam muito abaixo da generalidade das outras profissões. Na verdade, esta é uma das razões pela qual temos um enorme envelhecimento no sector, onde mais do que as pala-

avras, os números falam por si, sendo a questão Geracional um problema que tem que ser assumido como prioritário para qualquer Governo.

Num cenário, cheio de incertezas a nível internacional, é fundamental que Portugal reconheça a importância do sector Agrícola e das suas organizações. É tempo de passar das palavras aos atos e assumir o sector agroalimentar como estratégico para a fixação de pessoas ao território e é também tempo de se potenciar ganhos de escala e capacitação institucional das organizações de agricultores para fazer face aos desafios futuros.

A agricultura e a natureza devem andar de mãos dadas para que haja um diálogo estruturado e permanente com os agricultores. Há que ouvir e envolver os agricultores, para que se tomem as medidas e ações adequadas e exequíveis.

De nossa parte, sabem que continuaremos atentos, com sentido crítico construtivo nos sítios certos, com o sentido de missão de servir Portugal através da produção de alimentos seguros e saudáveis para todos.

A todos agricultores e suas organizações desejo um Santo Natal e que o ano de 2024 seja positivo para o sector. ●

ÍNDICE

ESPAÇO RURAL N.º 157

Revista da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

2023

FICHA TÉCNICA

NOVEMBRO/DEZEMBRO

03 EDITORIAL

ÍDALINO LEÃO

PRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO
DA CONFAGRI



05 TEMA DE CAPA

FÓRUM DE NEGÓCIOS DA PRESIDÊNCIA DA COGECA 2023

AS COOPERATIVAS SÃO FUNDAMENTAIS
PARA CULTIVAR A NOVA GERAÇÃO
DE JOVENS AGRICULTORES

10 ENTREVISTA

COAPE

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DOS AGRICULTORES DE MANGUALDE

14 DESTAQUE

VÊM AÍ NOVOS APOIOS PARA A APICULTURA!



19 ATUALIDADE

A GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS
NAS EXPLORAÇÕES DE PRODUÇÃO DE LEITE
BALANÇO DA APLICAÇÃO DA PORTARIA 79/2022

22 DESTAQUE

PEPAC. A MARCHAR EM QUE SENTIDO?



26 ENTREVISTA

CCAM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

30 ATUALIDADE

NOVA ROTULAGEM DE VINHOS E OUTROS PRODUTOS VITIVINÍCOLAS

36 DIVULGAÇÃO

FESTIVAL NACIONAL DE
GASTRONOMIA EM SANTARÉM
PRAÇA CONFAGRI REÚNE O MELHOR
DA PRODUÇÃO NACIONAL

38 PROJETOS CONFAGRI

DEBATE SOBRE COMPETÊNCIAS
E FORMAÇÃO NO SECTOR AGROALIMENTAR
EM DUAS AÇÕES DISTINTAS REALIZADAS
NA SEDE DA CONFAGRI

40 DIVULGAÇÃO

TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO INOVTECHAGRO

41 ATUALIDADE

PRESIDENTE DA CONFAGRI ELEITO
PARA ÓRGÃO DE TOPO
DA AGRICULTURA EUROPEIA

42 BREVES



Como funciona o código QR?

1

Descarregue uma aplicação gratuita do leitor
de QR code a partir do seu dispositivo móvel.

2

Faça *scan* do código QR, centrando-o
no ecrã do dispositivo móvel.

3

Veja a versão parcial da Revista Espaço Rural
ou dos artigos selecionados.

PROPRIEDADE, EDITOR E REDAÇÃO



CONFAGRI CONTACTOS

Palácio Benagazil
Rua Projectada à Rua C
Aeroporto de Lisboa (Humberto Delgado)
1700-008 LISBOA
Telefone: 218 118 000
Fax: 218 118 008
E-mail: espaco.rural@confagri.pt
Site: www.confagri.pt
NIPC: 501 652 299

DIRETOR

Eng.º Nuno Serra

DIRETORA EXECUTIVA

Eng.ª Aldina Fernandes

PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO

Dr. Paulo Marques

Consulte o estatuto editorial em https://www.confagri.pt/content/uploads/2018/10/Espaco_Rural_Estatuto_Editorial.pdf

DESIGN E PRODUÇÃO GRÁFICA

CEMPALAVRAS

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL[®]

CONTACTO

Avenida Almirante Reis, 114 - 2.º C
1150-023 LISBOA
Telefone: 218 141 574
www.cempalavras.pt

PUBLICIDADE

Telefone: 218 141 574
E-mail: luis.morais@cempalavras.pt
Telefone: 218 118 000
E-mail: espaco.rural@confagri.pt

FOTOGRAFIA

CONFAGRI e iStock

TIRAGEM

7500 exemplares

PERIODICIDADE

Bimestral

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

242723/06

REGISTO

ERS 115370

PREÇO

2,75 Euros

TODAS AS OPINIÕES EXPRESSAS NESTA EDIÇÃO SÃO DA
RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS SUBSCRITORES

FÓRUM DE NEGÓCIOS DA PRESIDÊNCIA DA COGECA 2023

AS COOPERATIVAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA CULTIVAR A NOVA GERAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES

Decorreu em Tarragona, Espanha, mais uma edição do Forum de Negócios da COGECA, Confederação Geral das Cooperativas Agrícolas Europeias, da qual a CONFAGRI é membro, onde Jovens Agricultores e Cooperativas agrícolas se reuniram para debater ideias sobre o papel das cooperativas agrícolas na resposta ao desafio da renovação geracional que a agricultura europeia enfrenta.

O segundo Fórum Empresarial da Presidência da COGECA deste ano, "Fomentar o futuro da agricultura: A Importância das Cooperativas no Cultivo da Nova Geração de Jovens Agri-

cultores", reuniu mais de 250 jovens cooperativistas, representantes das autoridades espanholas e da UE e peritos agrícolas para abordar a questão premente da renovação geracional na agricultura europeia.



TEXTO

ISABEL VAN ZELLER BASTO

i CONFAGRI - Bruxelas

1. FOTO DA COMITIVA PORTUGUESA PRESENTE NO FÓRUM



2. MESA DE ORADORES, COM A PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DA CONFAGRI, IDALINO LEÃO

Entre os convidados, o evento contou com a presença de Luis Planas, Presidente do Conselho AGRIFISH e Maciej Golubiewski, Chefe de Gabinete do Comissário para a Agricultura, que sublinharam o papel essencial das Cooperativas no apoio aos jovens na agricultura.

Dado o tema deste Fórum, um dos destaques foi o papel ativo dos jovens agricultores, cujos contributos foram essenciais para o seu sucesso, proporcionando uma visão fundamental dos desafios que os jovens enfrentam na agricultura, juntamente com as prioridades para o futuro da agricultura. Além disso, a apresentação das melhores práticas das Cooperativas sobre a forma como estão a envolver os jovens agricultores forneceu uma forte evidência do papel que estas instituições têm na promoção da renovação geracional. Foi neste segundo painel que participou o Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão,

tendo apontado problemas mas também soluções para aquele que é visto como o maior risco para o futuro do sector. Em suma, este evento enfatizou as oportunidades tangíveis para os jovens agricultores dentro das Cooperativas como líderes empresariais, demonstrando que a renovação geracional é uma condição prévia para um futuro.

Com o intuito de perceber as nuances desta problemática a CONFAGRI promoveu a participação de jovens de vários sectores e divulga aqui neste artigo as suas principais impressões.

JOÃO OLIVEIRA – FENADEGAS - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ADEGAS COOPERATIVAS DE PORTUGAL

Saí do Fórum de Negócios COGECA com um otimismo renovado em relação ao futuro da agricultura europeia e à importância vital do sector cooperativo

nesse contexto. Durante o evento, identificaram-se desafios e oportunidades cruciais para os jovens agricultores europeus. Foi evidente que os problemas e dificuldades enfrentados são comuns entre os diversos países representados. Aspectos como o acompanhamento dos jovens agricultores após os primeiros 5 anos de sua instalação, a transição das condições de financiamento, a dificuldade de obter financiamento para a aquisição de terras no início da atividade, a desvantagem das pequenas explorações no acesso ao crédito bancário e as discrepâncias nas condições de acesso ao financiamento entre os diferentes Estados-Membros, são desafios generalizados. No entanto, apesar dessas dificuldades, foi muito encorajador perceber que temas como investimento em práticas sustentáveis, especialmente em energias renováveis e eficiência energética, pesquisa e inovação científica, e a implementação de estratégias digitais, são grandes oportunidades e prioridades para os jovens agricultores.

Na minha opinião, concluo que o cooperativismo desempenha um papel crucial na estreita ligação dos jovens com a terra. Isso se torna viável por meio do apoio à transição e estabelecimento dos jovens agricultores, incentivando novos modelos de negócios e adaptando e transformando os modelos agrícolas existentes por meio do conhecimento do sector cooperativo. Um exemplo inspirador desse modelo foi a abordagem adotada pela cooperativa 'UNIÓ', que pode servir de referência para outros operadores do sector.

JOÃO BASTOS - FPAS - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DE SUINICULTORES

O ponto de partida para a reflexão sobre as políticas que visem a fixação de jovens agricultores deve responder primeiramente à seguinte questão “que agricultura teremos na Europa dentro de 30 ou 40 anos?”

Tendo em conta a estratégia que tem sido seguida pela Comissão, sob a liderança de Ursula van der Leyen, a resposta leva automaticamente a uma reflexão tragicamente rápida. Mas a negação da tragédia a que se devem dedicar as organizações representativas dos agricultores (e, no caso, dos jovens agricultores) faz-nos acreditar que a agricultura tem futuro e

que temos hoje, já tarde, de inverter a política no sentido de garantir os empregados de amanhã.

Em primeiro lugar, identifica-se uma grande oportunidade para quem quer abraçar o sector primário como carreira: o crescimento da população. Em 2050 seremos quase 10 mil milhões de pessoas no planeta que, salvo melhor opinião, necessitarão de comer. Acrescido a isso, muitos dos países hoje subdesenvolvidos verão crescer as suas classes médias, alterando perfis de consumo, requerendo não só mais alimentos como produtos de maior qualidade.

Mas para a Europa, e Portugal em particular, ser capaz de produzir para esse novo mundo, importa que haja uma verdadeira vontade política de reverter o diagnóstico que atualmente é feito: apenas 0,80% dos agricultores europeus têm menos de 25 anos; apenas 20% têm menos de 44 anos; apenas 66,88% têm menos de 64

anos! Não pode haver grande futuro num sector que tem 1/3 dos seus ativos em idade que noutra qualquer sector seria jubilatória.

Estes números agravam-se quando observamos os países mediterrâneos.

Quando analisamos as causas para esta falta de atração do sector para os jovens, duas se destacam: a dificuldade no acesso à terra e a dificuldade no acesso ao crédito. Se a primeira é sentida de forma transversal em toda a Europa numa intensidade mais ou menos semelhante entre todos os Estados-Membros, a segunda varia de escala de forma significativa de país para país, sendo um problema mais gravoso nos países do sul da Europa (pasmese, nos PIGS, onde há poucos anos se vivia "acima das possibilidades" por culpa da desregulação da banca).

Este fator – da dificuldade de acesso ao crédito – é, sem dúvida, um elemento de distorção da concorrência interna na

União, que tem de ser tido em linha de conta na Política Agrícola Comum.

Daqui também não se exumam de responsabilidades os Estados Membros. No caso português, e no caso da pecuária, a somar à dificuldade ao acesso à terra e ao crédito, há ainda a ter em conta a complexidade, morosidade e ineficácia de todo o processo de licenciamento que pura e simplesmente torna inviáveis os investimentos em modernização, adaptação e ganho de escala, impedindo a adoção de medidas que se traduzam em capacidade exportadora, melhoria do nível de bem-estar animal das explorações e melhores sistemas de gestão de efluentes, travando igualmente a necessária renovação geracional do sector. Os desafios para o futuro são os mais complexos com que o nosso sector alguma vez se deparou: as alterações climáticas, a escassez de recursos naturais, a mudança da natureza do

NOVOS TRACTORES COMPACTOS

IDEAIS PARA PEQUENAS PROPRIEDADES



LOVOL



LOVOL TRACTORES
Compactos, Fiáveis e Robustos de 25 a 115 CV



PREET AVENGER
Trator compacto, Ergonómico e Elegante de 20 e 26 CV



Edifício Auto Industrial, Estrada da Circunvalação,
2794-065 Carnaxide | +351 210 009 752
divisaoagricola.autoindustrial.pt tractorluso.pt



trabalho, a continuada urbanização e os problemas sanitários humanos, animais e vegetais desafiam a forma como produzimos alimentos, sendo condição elementar fazê-lo de forma sustentável e ao mesmo tempo eficiente.

Foi dessa forma que a Europa se notabilizou por fazer desde há vários anos. Foi dessa forma que a Europa se manteve competitiva com bacias de produção com melhores condições de acesso aos recursos naturais e aos serviços energéticos. Foi assim que a Europa se tornou um bastião da segurança alimentar, produzindo mais com menos. Mas é essa competitividade que o *Farm to Fork* tem vindo a desbaratar. No sector que melhor conheço, o da carne de porco, passamos de 119% de autossuficiência no espaço europeu em 2019 para os atuais 108% e com tendência a diminuir drasticamente nos próximos anos, correndo o risco de passarmos de excedentários a importadores a muito breve trecho.

E com isto pomos em causa, precisamente, a sustentabilidade da produção. A Europa não está a conseguir ser um agente influenciador do mundo, está antes a ser um agente promotor dos mercados de produção americanos.

Com todas estas alterações que estão a ocorrer no mundo, a renovação geracional é mais do que um desígnio, é uma necessidade para a sobrevivência da agricultura europeia. Nesse sentido, as Cooperativas são uma parte nuclear da resolução do problema, desde logo como agentes facilitadores do acesso à terra, ao crédito e no ganho de escala e de eficiência, com os olhos postos nos mercados terceiros.

Com isso, volto ao início, é preciso fazer mais pelos jovens agricultores europeus e é preciso que a Europa tenha bem claro se daqui a 30 ou 40 anos quer continuar a ter produção primária.

JORGE FELGUEIRAS - FENAFLORESTA - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE PRODUTORES FLORESTAIS

Na minha opinião a "Nova Agricultura" está sem dúvida sujeita a grandes desafios ao qual terá que se adaptar rapidamente, a globalização com as suas vantagens e desvantagens obrigam-nos a sermos proativos, as alterações climáticas estão a causar efeitos

nas práticas usadas, daí a urgente profissionalização do sector, que passará a ser obrigatória para que este sector se possa manter sustentável. O acesso à terra, os créditos pouco atrativos, o excesso de burocracia e o tempo de espera por decisões de candidaturas agrícolas, criam uma desmotivação por parte das pessoas do sector que levará a curto prazo ao abandono significativo das explorações agrícolas, caso esta

problemas deste sector.

A solução para o sector fixar jovens passa pela estabilização de preços no sector, pelo associativismo/ cooperativismo para que possa haver garantias de escoamento de produtos a um preço melhor, criar mecanismos de apoio mais rápidos e melhores que levará a uma maior estabilidade, demonstrará a viabilidade do sector agrícola e fidelizará as novas Gerações.



3. ASSISTÊNCIA DO FÓRUM

tendência não seja alterada. A nova geração depara-se com problemas, pois existe um "gap" geracional entre pessoas dentro do sector, uma transição lenta e tardia das explorações, a migração das pessoas para grandes centros urbanos provoca uma falta de mão de obra que agrava ainda mais os

JOSÉ PALMA - FENAZEITES - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE OLIVICULTORES

Nos dias atuais, muitos jovens portugueses enfrentam dilemas ao considerar a agricultura como sua fonte de sustento. Obstáculos como longas jornadas de trabalho em condições por vezes ad-

versas, desencorajamento ancestral, dificuldades em obter financiamento junto das instituições bancárias e, cada vez mais, as mudanças climáticas, são alguns dos fatores que contribuem para essa hesitação. No entanto, na região do Baixo Alentejo, especialmente no cultivo do olival, a agricultura experimenta um notável crescimento.

Com Alqueva e o seu perímetro de rega, a agricultura no Baixo Alentejo, está em ascensão. Dados fornecidos pela EDIA revelam que 56.33% da área de regadio é dedicada ao olival. O potencial do Alqueva, do olival e da produção de azeite emerge como um íman para atrair jovens agricultores para a região.

No entanto, não podemos ignorar os desafios trazidos pelas alterações climáticas. A frequência de eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e chuvas intensas, coloca pressão adicional sobre os jovens agricultores. Além disso, as restrições hídricas impostas pela EDIA, embora necessárias para a gestão sustentável dos recursos hídricos, requerem práticas agrícolas adaptativas e inovações tecnológicas para otimizar o uso da água.

Além das preocupações climáticas, existem preocupações legítimas que pairam sobre a olivicultura e a agricultura em geral. A redução drástica das substâncias ativas no mercado, a escassez de mão-de-obra, pragas e doenças emergentes, como mosquito, javali e a alternaria, são desafios que demandam atenção. Outras preocupações incluem a pressão exercida por grandes grupos económicos sobre os pequenos agricultores, ameaçando suas terras e dificultando o ingresso de novos jovens na agricultura. A falta de mão-de-obra especializada e a burocracia excessiva também são questões eminentes.

Apesar dos desafios, existem oportunidades que podem transformar o cenário agrícola. A criação de novos modelos de negócios agroalimentares, com foco em produtos de valor acrescentado, pode atrair mais pessoas para áreas de baixa densidade populacional, como o Baixo Alentejo. Fábricas de embalagem e processamento de azeite, assim como empresas dedicadas à transformação de subprodutos de lagar, representam oportunidades tangíveis.

A incorporação de tecnologia, embora com custos de acesso elevados, oferece uma saída para a escassez de mão-de-obra. O uso de robôs na agricultura pode mitigar esse desafio e proporcionar eficiência operacional.

Em conclusão, a olivicultura no Baixo Alentejo enfrenta desafios significativos, especialmente diante das alterações climáticas e restrições hídricas. Contudo, as oportunidades de crescimento e inovação são igualmente expressivas. Jovens agricultores, como eu, mantêm a convicção de que o futuro da agricultura na região pode ser promissor, desde que haja uma abordagem equilibrada, integrando tecnologia, sustentabilidade e inovação nos modelos de negócios agrícolas. ●



ENFARDADEIRA FBP 3135



SEMEADOR DE SEMEITEIRA DIRETA SDE3000



GRADE RÁPIDA

BE STRONG, BE KUHN



SEMEADOR MONOGÃO MAXIMA 3



JUNTADOR DE FENOS



GADANHEIRA LIFT CONTROL



Auto Industrial
Divisão Agrícola

M. Edifício Auto Industrial | Estrada da Circunvalação | 2794-065 Carnaxide
T. +351 210 009 771
E. divagricola@auto.industrial.pt
W. divisaoagricola.autoindustrial.pt

COAPE

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS AGRICULTORES DE MANGUALDE



1. INSTALAÇÕES DA COAPE

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

A COAPE, Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Mangualde assumiu a sua designação em 1978, remontando as suas origens ao Grémio da Lavoura, criado em 1958.

A COAPE é uma instituição multisectorial, de referência na região, mas também já a nível nacional e internacional, que tem procurado crescer de dentro para fora, respondendo aos anseios e necessidades dos seus cooperadores, nas suas várias abrangências, mas apostando em novas propostas que contribuam para a modernização do sector onde atua, nomeadamente no sector primário e no terciário, nas suas plurais vertentes, desde o acompanhamento de projetos, aconselhamento, escoamento da produção, promoção dos produtos endógenos e formação profissional específica para este sector.

A Instituição está dividida em 5 secções, designadamente a SCV (Secção de Compra e venda – A “Loja Coape”); a Mangualdeberry’s (MB - Secção dos frutos vermelhos); Produtores de Leite (OPL- Secção de produtores de leite de origem Ovina e Caprina); CIDECA (Centro de Investigação, Desenvolvimento e Cer-

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

COAPE, COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DOS AGRICULTORES DE MANGUALDE

[CONTACTOS]

Rua dos Combatentes 12 a 18, Apt. 75
3534-909 Mangualde
Telefone: +351 232 622 245
E-mail: geral@coape.pt

tificação Agrícola) e Rádio (Dão Digital). A SCV oferece um conjunto diversificado de produtos e serviços, essencialmente aos seus cooperadores, na área agrícola e pecuária, prestando apoio técnico especializado em diversas áreas.

A Secção MB está vocacionada para os pequenos frutos vermelhos (essencialmente mirtilos). Recentemente a MBerry's inaugurou o seu centro de processamento, embalagem e expedição de frutos vermelhos, investimento que rondou cerca de 1 milhão de euros, garantido o escoamento de 100% da produção.

A OPL é uma secção que resulta da agregação de 43 Produtores de Leite de ovinos e caprinos. A atividade passa pela recolha de leite proveniente de ovelhas da raça autóctone Serra da Estrela (Ovelhas Bordaleiras), passando pelo apoio ao produtor, na recolha, verificação e controlo

da qualidade, transporte, conservação e comercialização como matéria-prima (leite Cru de Ovelha Bordaleira ou ovelha Serra da Estrela).

A CIDECA é um centro de investigação, desenvolvimento, certificação e ainda de formação profissional, complementando as outras secções e apresentando exequíveis propostas nos domínios, não só da aprendizagem/formação, como também na investigação e desenvolvimento de novos produtos de valor acrescentado. Por fim, a Rádio Dão Digital é uma secção que resulta de um projeto social que visa sobretudo valorizar, promover e destacar a cultura, as tradições e os produtos da região, procurando reforçar a coesão e a resiliência dos territórios.

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da COAPE, Rui Costa

A COAPE tem desempenhado um papel crucial na região. Pode partilhar connosco o impacto que esta instituição teve e tem no apoio à atividade agropecuária e na economia local?

A COAPE é uma organização dedicada a apoiar os agricultores da região de Mangualde. Logo no início do nosso primeiro mandato, a direção promoveu um grande projeto de modernização das suas instalações comerciais criando um centro comercial onde existem muitas lojas de comércio, em



2. RUI COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COAPE

particular a nossa loja agrícola. Criámos um espaço moderno capaz de oferecer mais capacidade de exposição, mais produtos e maior diversidade. A COAPE também passou a disponibilizar um Centro de Formação Certificado devidamente equipado e preparado para os desafios do sector. O impacto foi enorme, considerando o número de postos de trabalho que se geraram e as novas áreas de negócio que abriram no nosso Centro Comercial.

Posteriormente iniciámos um novo projeto, ligado à produção de Mirtilos. Aqui também fomos inovadores, com a plantação de aproximadamente 60ha de mirtilos. Demos um contributo muito significativo para o desenvolvimento desta fileira, aportando novas práticas na execução dos campos e também muita inovação, nomeadamente na gestão, e em particular do uso da água e dos planos de fertilização. Falamos de mais de 30 novas empresas que nasceram no âmbito desta fileira e de cerca de 2 milhões de euros/ano, que entram no nosso território e influenciam positivamente a balança comercial, permitindo a exportação de mirtilos, gerando divisas e contribuindo para o crescimento económico. Além disso, a COAPE ajuda os agricultores a melhorar as suas técnicas de produção e a obter o máximo de rendimento das suas explorações.

A Cooperativa também promove a sustentabilidade e a gestão responsável dos recursos naturais, incentivando o uso de práticas agrícolas sustentáveis e a proteção do meio ambiente. Foi neste contexto que lançámos um novo projeto. Seremos capazes de realizar a recolha de leite de ovinos e caprinos com equipamentos 100% elétricos. Atualmente contamos com três viaturas 100% elétricas, com capacidade de 500l cada cisterna e com uma autonomia de 250Km. Promover o crescimento económico da região, ajudando os pastores a melhorar as suas receitas através da valorização do leite e do borrego Serra da Estrela DOP. Sabemos bem o

valor que os nossos produtos podem atingir nos mercados e sabemos também que só imbuídos de um espírito de colaboração e cooperativismo conseguiremos atingir os nossos objetivos. Estamos disponíveis para trabalhar com as organizações que de forma direta têm responsabilidades no sector, queremos ser parceiros na construção de uma nova fileira, rejuvenescida, inovadora e geradora de riqueza.

Quais são as principais atividades agrícolas representadas pela COAPE e como avalia o estado atual destas atividades na região?

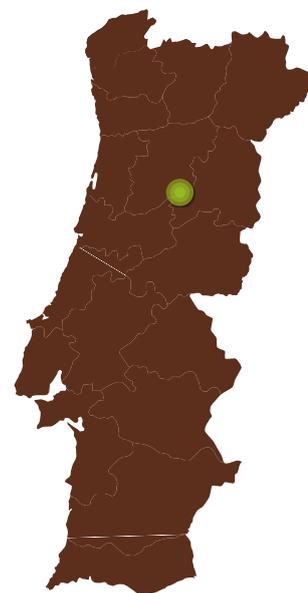
Os mirtilos são uma das principais áreas de atividade agrícola da COAPE e em Mangualde. Embora os dados mais recentes não estejam disponíveis, é sabido que a produção de mirtilos tem crescido nos últimos anos, e muitos agricultores têm descoberto que esta é uma cultura lucrativa e de baixo custo. Isso deve-se, por um lado, ao clima favorável da região, que oferece as condições ideais para a produção de mirtilos de qualidade, e por outro ao excelente trabalho que a COAPE/Mberry's tem desenvolvido nos últimos anos. Fruto de muito investimento, trabalho e dedicação, procurando estar sempre na linha da frente, disponíveis para os nossos cooperadores, e por termos encontrado os parceiros certos a nível internacional e todos eles terem acreditado no trabalho da COAPE. Hoje podemos, em plenitude, afirmar que somos uma referência em Portugal, na fileira dos frutos vermelhos. Atualmente, o desafio passa pela modernização e geração de novos campos, considerando as melhores janelas comerciais e as melhores variedades, reforçando sempre o compromisso com a sustentabilidade.

No final de 2022 foi eleito como Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa. Quais são os grandes objetivos traçados por este órgão e que pretendem alcançar no decorrer deste mandato?



3. AÇÃO DE ESCLARECIMENTO PROMOVIDA PELA COAPE

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A COAPE, COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS AGRICULTORES DE MANGUALDE

Um dos grandes objetivos passa por reformar e gerar novas plantações de mirtilos. Temos sido muito solicitados por novos produtores e por grandes empresas para lançarmos uma nova geração de plantações. O próximo quadro comunitário será seguramente uma grande oportunidade para lançar este novo projeto. Estamos também a preparar uma nova ampliação/reabilitação das instalações da COAPE, para novos espaços comerciais, uma nova loja comercial e um espaço multifuncional para empresas, tipo COWORKING. Face aos investimentos realizados nos últimos anos importa também olhar para a gestão financeira com as devidas responsabilidades de modo a acautelar e garantir a estabilidade e autonomia financeira.

A Cooperativa iniciou a implementação de uma frota de veículos 100% elétricos como parte de seu compromisso com a sustentabilidade? É um compromisso sempre presente?

A sustentabilidade é uma preocupação cada vez mais importante na agricultura, especialmente em relação aos mirtilos, que são uma cultura duradoura e valiosa. Temos realizado vários investimentos no âmbito da eficiência energética.

Além das viaturas elétricas, recentemente tivemos aprovada uma candidatura para a instalação de painéis de produção de energia no novo centro de processamento de fruta. Temos também os agricultores comprometidos com a sustentabilidade. Procuram usar técnicas agrícolas que reduzam o impacto ambiental e preservem a saúde dos solos. Isto pode incluir o uso de métodos de cultivo orgânico, a reciclagem de água, a utilização de fontes de energia renováveis e o monitoramento das emissões de carbono. Será sempre um compromisso!

A inovação está presente no ADN da Cooperativa. Que projetos inovadores gostaria de destacar?

Sem dúvida que a inovação está no nosso ADN. Desafios como o acesso à terra, a competitividade, a mão de obra agrícola, a sustentabilidade, a coesão e a resiliência do nosso território, obrigam-nos a estar focados permanentemente na procura de melhores modelos de governação. Atualmente estamos a trabalhar em parceria com outros atores na construção de modelos de desenvolvimento rural que salvaguardem os interesses de uma agricultura do século XXI.

Qual é a sua opinião sobre o Programa Estratégico da PAC (PEPAC) e como este tem influenciado a agricultura na região? Há algo específico que gostaria de ver implementado ou alterado neste programa?

O sector agrícola enfrenta alguns desafios únicos. É altamente dependente do tempo e do clima, e a produção requer tempo e planeamento, resultando num fosso entre a procura e a oferta ao consumidor. Padrões de procura imprevisíveis causam instabilidade permanente no mercado, conduzindo a preços voláteis. Estes fatores afetam as receitas dos agricultores.

O apoio público aos agricultores é necessário para garantir alimentos de qualidade e acessíveis. Através de pagamentos diretos, a PAC garante que os agricultores possam contar com um rendimento mais estável, enfrentando o impacto das flutuações dos preços e da procura. Desde o início da década de 2000, os agricultores recebem pagamentos principalmente de acordo com a área que cultivam e não com a sua produção.

Através da PAC, a UE também apoia o desenvolvimento do sector agrícola. À medida que os agricultores mais velhos se reformam, cada vez menos jovens optam por iniciar uma carreira na agricultura. Apenas 11% dos gestores agrícolas da



4. CENTRO DE PROCESSAMENTO E EMBALAMENTO DE FRUTOS VERMELHOS

UE têm menos de 40 anos (2016). É um desafio atrair sangue novo para o sector. Desde as reformas de 2013, a PAC incluiu medidas para incentivar as gerações mais jovens a entrar no sector agroalimentar e a participar no desenvolvimento das zonas rurais.

O apoio pode assumir a forma de subvenções ou empréstimos diretos, que podem ser utilizados para financiar *start-ups* e lançar projetos de desenvolvimento. O apoio económico aos jovens e aos novos agricultores pretende ser complementar às medidas tomadas para fazer prosperar as zonas rurais: em conjunto, têm o potencial de criar um círculo virtuoso e convencer as novas gerações a instalarem-se e a fazerem negócios nas zonas rurais da Europa.

Entre outros benefícios, o financiamento para o desenvolvimento rural proporciona apoio à agricultura em zonas desfavorecidas, ajudando a garantir que estas zonas permaneçam povoadas. Contribui também para tornar as zonas remotas e montanhosas mais habitáveis.

Num mercado caracterizado por um grande número de pequenas explorações agrícolas e menos grupos retalhistas, os agricultores enfrentam frequentemente um desequilíbrio de poder nas negociações de preços. Para ajudar as explorações agrícolas mais pequenas a aumentar o seu poder de negociação na defesa dos seus interesses na cadeia de abastecimento, a PAC apoia a filiação das explorações agrícolas em organizações de produtores e em associações de organizações de produtores.

Assumindo a forma de Cooperativas ou outros grupos semelhantes, as organizações de produtores ajudam os agricultores a aumentar as suas capacidades, prestando assistência em questões técnicas e de comercialização. Muitas dessas organizações desempenham um papel fundamental na promoção de indicações geográficas na sua comunidade e fora dela.

O apoio aos agricultores através de pagamentos diretos garante a estabilidade dos rendimentos e também remunera a agricultura e os serviços públicos respeitadores do ambiente que normalmente não são pagos pelos mercados, como o cuidado do espaço rural, a preservação das paisagens, a proteção da biodiversidade e a ajuda à mitigação dos impactos das alterações climáticas.

A nova PAC, que é aplicável a partir de janeiro de 2023, intensifica estes esforços e inclui um aumento do contributo da agricultura da UE para o ambiente e o clima. Novos regimes para o ambiente e o clima – os chamados “regimes ecológicos” – serão financiados com 25% da dotação de cada Estado-Membro para pagamentos diretos. As práticas verdes que os agricultores podem adotar, dependendo do seu Estado-Membro, incluem, por exemplo, a conservação do solo, a proteção da biodiversidade, a agricultura de carbono e a gestão de nutrientes.

A digitalização, a inovação tecnológica e a investigação também podem ajudar a responder aos desafios enfrentados pelos agricultores em questões como a sustentabilidade alimentar, a segurança nutricional, o bem-estar animal, a eficiência energética e muito mais. A PAC apoia a modernização das técnicas agrícolas, a fim de tornar o sector mais eficaz, mais competitivo e mais respeitador do ambiente.

A PAC é um instrumento fundamental e indispensável para o nosso país e em particular para os territórios como Mangualde.

Dada a resiliência demonstrada pelo sector agrícola em períodos recentes onde os desafios económicos e sociais foram evidentes, como vê o reconhecimento deste sector em termos do seu papel na economia nacional?

A agricultura desempenha um papel crucial na economia nacional, sendo um sector fundamental em inúmeros países ao redor do mundo. No contexto nacional, o reconhecimento da agricultura vai muito além do simples cultivo de alimentos. É um pilar essencial que sustenta a economia, contribuindo significativamente para o crescimento, desenvolvimento e estabilidade do país. A sua importância na economia nacional é multifacetada. Primeiramente, a agricultura fornece a base para a segurança alimentar, garantindo o abastecimento regular e a diversidade alimentar da população. Além disso, o sector agrícola gera empregos em larga escala, não apenas nos campos, mas também em áreas relacionadas, como processamento de alimentos, distribuição e comercialização. A agricultura não se limita



5. COAPE - CENTRO COMERCIAL

apenas à produção de alimentos, mas é um sector dinâmico que abarca a produção de matérias-primas para diversas indústrias, incluindo têxtil, farmacêutica e energética. A produção de biocombustíveis a partir de culturas agrícolas é um exemplo do papel diversificado que a agricultura desempenha na economia, contribuindo para a diminuição da dependência de fontes de energia não renováveis. Além disso, a agricultura influencia positivamente a balança comercial de um país, permitindo a exportação de produtos agrícolas, gerando divisas e contribuindo para o crescimento económico. Essa exportação não só fortalece a economia nacional, mas também ajuda a fortalecer as relações comerciais internacionais. É fundamental reconhecer e valorizar a agricultura como um pilar da economia nacional, investindo em tecnologia, inovação e práticas sustentáveis para garantir a produtividade, a segurança alimentar e o desenvolvimento contínuo deste sector vital.

Estará na altura de assumir a agricultura como um desígnio nacional?

Sem dúvida, considerar a agricultura como um desígnio nacional pode ser uma decisão estratégica relevante, especialmente quando se reconhece o seu papel fundamental na economia, na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável do país. Ao assumir a agricultura como um desígnio nacional, o governo, as instituições e a sociedade passam a priorizar e promover políticas, investimentos e medidas que impulsionam este sector. Isso inclui o incentivo à modernização das práticas agrícolas, o apoio à formação e educação dos agricultores, a implementação de tecnologias inovadoras e sustentáveis, bem como o acesso facilitado à terra e a recursos financeiros

para os agricultores. Além disso, assumir a agricultura como um desígnio nacional pode estimular uma visão mais abrangente e integrada da importância deste sector, alinhando diferentes áreas governamentais para trabalharem em conjunto em prol do desenvolvimento agrícola. Isso envolve não só o Ministério da Agricultura, mas também outros sectores como o da Educação, Saúde, Infraestruturas, Ambiente e do Trabalho e Segurança Social. Ao fazer da agricultura um desígnio nacional, reconhece-se o potencial transformador desse sector e a sua capacidade de impulsionar não apenas a economia, mas também a coesão social, o equilíbrio ambiental e a inovação tecnológica. Essa abordagem unificada pode resultar em políticas mais coerentes e eficazes, beneficiando não apenas os agricultores, mas toda a sociedade. No entanto, é importante destacar que assumir a agricultura como um desígnio nacional requer um compromisso contínuo, apoio sustentado e um planeamento estratégico a longo prazo para alcançar resultados tangíveis e duradouros.

Como avalia a relação da Cooperativa com a CONFAGRI?

A relação entre a COAPE e a CONFAGRI, é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento do nosso sector agrícola. A CONFAGRI desempenha um papel crucial na representação e defesa dos interesses das Cooperativas agrícolas em Portugal, oferecendo suporte técnico, jurídico e económico. Ela atua como uma voz unificada, promovendo políticas e iniciativas que beneficiem o sector cooperativo agrícola. A relação entre uma COAPE e a CONFAGRI desenvolve-se de várias formas:

1. Representação e Defesa de Interesses:

A CONFAGRI representa os interesses das cooperativas agrícolas perante entidades governamentais e organizações, defendendo políticas que promovam o desenvolvimento sustentável do sector.

2. Acesso a Recursos e Informações: Através da CONFAGRI, as Cooperativas podem ter acesso a informações atualizadas sobre legislação, financiamento, boas práticas agrícolas, entre outros temas relevantes.

3. *Networking* e Colaboração: A CONFAGRI promove eventos, seminários e encontros que permitem às Cooperativas partilhar experiências, conhecimentos e oportunidades de colaboração entre si.

4. Suporte Técnico e Consultoria: A CONFAGRI oferece apoio técnico e consultoria em várias áreas, ajudando as Cooperativas a melhorarem a sua gestão, produtividade e competitividade.

No geral, existe uma relação colaborativa e ativa entre a COAPE e a CONFAGRI que entendemos ser vantajosa para o crescimento e fortalecimento da cooperativa, permitindo-nos ter uma voz mais forte no panorama agrícola regional, acesso a recursos e informações relevantes e oportunidades de colaboração com outras entidades do sector.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados?

Caro Agricultor,

Num cenário onde desafios podem surgir e as adversidades se apresentam, a sua iniciativa é o pilar que sustenta o coração da nossa nação: a agricultura. Em cada semente plantada, em cada colheita realizada, a sua determinação e força mantêm vivas as raízes do nosso país. Mesmo diante de tempos incertos, é crucial lembrar que a sua iniciativa é um farol de esperança e progresso. Cada obstáculo é uma oportunidade para inovar, para explorar novos métodos e para fortalecer a resiliência do sector agrícola. Acredite no poder das suas mãos que cultivam a terra, na sua capacidade de se adaptar e de superar os desafios que possam surgir. A sua dedicação é a essência que mantém viva a alma da agricultura, garantindo o alimento que nutre não apenas o corpo, mas também a economia e a sociedade. Não perca a iniciativa, pois é ela que transforma sonhos em realidade, desafios em conquistas e dificuldades em oportunidades. Mantenha-se firme na sua jornada, pois o país reconhece e valoriza o seu esforço incansável para alimentar e fortalecer a nação.

Com admiração e gratidão, Rui Costa ●



VÊM AÍ NOVOS APOIOS PARA A APICULTURA!

Em março de 2018, o Parlamento Europeu (PE), reconhecendo a importância das abelhas e do sector apícola na União Europeia (U.E.) aprovou uma resolução sobre as perspectivas e os desafios para o sector da apicultura na U.E.

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

 CONFAGRI



QUADRO 1

Produção mundial
de mel por País/
Região (1.000 T)
- Ano 2021

PAÍS	PRODUÇÃO	QUOTA
China	486	27%
União Europeia	215	12%
Turquia	96	5%
Irão	77	4%
Argentina	71	4%
Ucrânia	69	4%
Índia	66	4%
Federação Russa	65	4%
México	62	3%
Estados Unidos da América	57	3%
Outros	509	29%
TOTAL	1773	100%

FONTE: Adaptado Comissão Europeia

QUADRO 2

Importações
de mel por região
(1.000 T)
- Ano 2021

REGIÃO	IMPORTAÇÃO	QUOTA
União Europeia	173,5	28%
América do Norte	228,5	37%
Estados Unidos da América	220,2	36%
Ásia	81,4	13%
Japão	47,1	8%
China	4,8	1%
Outros países europeus	59,6	10%
Países do próximo e médio Oriente	41	7%
África	18	3%
Oceânia e regiões polares	7,9	1%
América Central e Caraíbas	1,6	0%
América do Sul	0,9	0%
TOTAL	612,4	100%

FONTE: Adaptado Comissão Europeia

QUADRO 3

U.E. - Importações de mel por origem (1.000 T) - Ano 2021 e 2022

PAÍS	2021		2022	
	IMPORTAÇÃO	QUOTA	IMPORTAÇÃO	QUOTA
China	48139	28%	68360	36%
Ucrânia	53836	31%	46094	24%
Argentina	14396	8%	19446	10%
México	15486	9%	13797	7%
Turquia	4676	3%	7479	4%
Cuba	7052	4%	6571	3%
Vietname	924	1%	6362	3%
Brasil	7934	5%	5759	3%
Outros	21068	12%	16723	9%
TOTAL	173511	100%	190591	100%

FONTE: Adaptado Comissão Europeia

Na resolução do PE é destacada a importância do valor económico das abelhas, seja pela produção de mel, incluindo o pólen, o própolis, a geleia real e a cera de abelhas, e outros produtos apícolas, ou pelo turismo e ainda, de forma não menos importante, pelo impacto na melhoria da produtividade no sector agrícola em resultado da polinização, facto este, corroborado pelos estudos efetuados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que revelam que o aumento da densidade e da diversidade dos insetos polinizadores tem um impacto direto na produtividade das culturas, podendo-se

atribuir à polinização um aumento médio da produtividade de 24%. Na mesma resolução é também referido que o sector da apicultura é crucial para a UE e que contribui, de forma significativa, para a sociedade, tanto do ponto de vista económico com cerca de 14,2 mil milhões de euros por ano, como do ponto de vista ambiental através da manutenção do equilíbrio ecológico e da diversidade

QUADRO 4 Portugal - Indicadores de análise do comércio do mel

Rubrica	Unid.	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Produção	ton	9 346	10 452	12 623	14 246	10 776	9 878	10 104	9 817	10 441	11 465
Importação	ton	1 897	2 667	3 673	5 486	7 457	6 270	7 553	8 707	9 463	13 594
Exportação	ton	1 780	2 463	2 573	5 693	7 161	4 840	6 112	7 442	9 635	10 999
Orientação Exportadora	%	19,0	23,6	20,4	40,0	66,5	49,0	60,5	75,8	92,3	95,9
Consumo Aparente	ton	9 464	10 656	13 723	14 039	11 072	11 308	11 545	11 082	10 269	14 060
Grau de Auto-Aprovisionamento	%	98,8	98,1	92,0	101,5	97,3	87,4	87,5	88,6	101,7	81,5
Grau de Abastecimento do mercado interno	%	80,0	75,0	73,2	60,9	32,6	44,6	34,6	21,4	7,9	3,3

NOTA:

- **Orientação Exportadora** = Exportação / Produção x 100
- **Consumo Aparente** = Produção + Importação - Exportação
- **Grau de Auto-Aprovisionamento** = Produção / Consumo Aparente x 100
- **Grau de Abastecimento do mercado interno** = (Produção - Exportação) / Consumo Aparente x 100

FONTE: Gabinete de Planeamento Administração e Políticas – GPP

QUADRO 5 Portugal - Principais destinos das Saídas do mel (Ano 2022)

	Quantidade (tonelada)	Valor (1000 EUR)	Valor/Quantidade (€/kg)
Espanha	10 306	22 635	2
Alemanha	349	1 060	3
Estados Unidos	31	268	9
França	57	200	3
Cabo Verde	33	178	5
Irlanda	94	177	2
Angola	26	133	5
Reino Unido (não inc. Irlanda Norte)	20	116	6
Checa, República	14	91	7
Moçambique	14	90	6
Outros países	56	354	6
TOTAL	10 999	25 303	2

FONTE: GPP

QUADRO 6 Portugal - Principais origens das entradas do mel (Ano 2022)

	Quantidade (tonelada)	Valor (1000 EUR)	Valor/Quantidade (€/kg)
Espanha	2 525	7 415	3
China, República Popular da	5 034	5 376	1
Cuba	2 164	5 081	2
México	1 108	3 729	3
Turquia	891	2 741	3
Alemanha	329	1 656	5
Roménia	502	874	2
Índia	413	577	1
Uruguai	170	449	3
Argentina	126	361	3
Outros países	331	1 045	3
TOTAL	13 594	29 304	2

FONTE: GPP

biológica, já que 84 % das espécies vegetais e 76 % da produção alimentar na Europa dependem da polinização efetuada pelas abelhas selvagens e domésticas. Para além das ameaças das doenças e dos predadores, como a vespa asiática, os efeitos das geadas de primavera, da seca, e dos incêndios, fenómenos associados a alterações climáticas, têm vindo a provocar diminuições no número de colónias de abelhas, levando muitos apicultores profissionais ao abandono da atividade. Em termos do comércio mundial de mel, a U.E. é o segundo maior produtor mundial, com uma quota de 12%, logo atrás da China, maior produtor com uma quota de 27%, e simultaneamente, é também a segunda maior região importadora de mel, representando quase um terço das importações mundiais de mel (Quadro 1 e 2). Ao nível das importações de mel para a U.E., destaque para a Ucrânia e a China que no conjunto representam 60% do mel importado pela U.E., com estes dois países a trocarem de lugar no *ranking*, pelos motivos óbvios (Quadro 3). Em Portugal, assiste-se a uma retoma do nível de produção do mel, ainda assim insuficiente para compensar o consumo que, no ano 2022, atingiu o nível mais elevado da década. Coincidindo a subida do consumo, também, com um novo máximo em termos de exportações, o grau de auto-aprovisionamento do mercado é baixo, tendo disparado as importações no ano de 2022 (Quadro 4). Em termos de volumes, o principal mercado de destino do mel português é Espanha, pese embora, seja um dos mercados que menos remunera o produto (Quadro 5). Ao

QUADRO 7 Portugal: Número de apicultores e colmeias, 2023

	TOTAL	≤ 10 Colmeias	≤ 50 Colmeias	> 50 e ≤ 150 Colmeias	> 150 e ≤ 250 Colmeias	> 250 e ≤ 500 Colmeias	> 500 Colmeias
Colmeias	597 355	12 559	110 150	160 194	79 062	111 211	124 179
Apicultores (com colmeias declaradas)	10 302	2 568	4 881	1 970	418	327	138
Colmeias/Apicultor (média)	58	5	23	81	189	340	900

FONTE: Registo atividade apícola, IFAP

nível das entradas de mel em Portugal, as principais origens são de proveniências muito afastadas, China, Espanha e Cuba (Quadro 6).

A estrutura produtiva do mel em Portugal é muito frágil, assentando essencialmente em pequenos produtores, dado que, no extremo oposto estão cerca de 9% de apicultores que representam mais de 50% da produção nacional de mel (Quadro 7). Para atenuar as fragilidades do sector apícola nacional, promover a polinização natural de inúmeras espécies de plantas contribuindo para a conservação e recuperação da biodiversidade da flora

nativa, aumentar a produtividade agrícola, e apoiar a manutenção das populações de abelhas, foi, no âmbito da reprogramação anual do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), apresentada à Comissão Europeia uma proposta de intervenção para apoio à apicultura, em complementaridade com o Programa Nacional para Apoio ao Sector da Apicultura (PNASA) já previsto nas intervenções sectoriais do PEPAC.

Para além das intenções acima enunciadas, este apoio visa ainda compensar os apicultores pelos elevados custos de produção associados ao baixo rendimento

**Feliz Natal
e Feliz Ano Novo 2024**



tractores-ibericos.kubotadistribuidor.pt

For Earth, For Life
Kubota

resultante dos preços praticados na venda do mel e do pólen e da concorrência dos produtos apícolas importados de países terceiros, a preços inferiores ao preço de produção registado em Portugal continen-

tal, e promover o aumento do número de colmeias existente atualmente. Esta nova intervenção, designada de «C.1.1.6 - Apoio à apicultura», insere-se no Eixo C – Ambiente e clima, do PEPAC,

correspondendo, por isso, a um compromisso plurianual, no caso, de 5 anos. A intervenção, ainda a aguardar aprovação da Comissão Europeia, terá, em princípio, as condições indicadas na ficha seguinte:

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: «C.1.1.6 - APOIO À APICULTURA»

1. BENEFICIÁRIOS:

- ▶ Pessoas singulares ou coletivas, de natureza pública ou privada.

2. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE:

- ▶ Ser detentor de exploração apícola devidamente registada;
- ▶ Deter colónias de abelhas, com os apiários georreferenciados;
- ▶ Deter registo de atividade apícola e declaração anual de existências atualizados.
- ▶ Deter pelo menos 10 colmeias (por beneficiário).

3. COMPROMISSOS:

- ▶ Manter as condições de elegibilidade durante os cinco anos do período de compromisso;
- ▶ Registrar em plataforma eletrónica os dados relevantes, para digitalização e partilha;
- ▶ Manter o registo de atividade apícola e declaração anual de existências atualizada;
- ▶ Garantir que cada apiário não tem mais de 100 colmeias;
- ▶ Para efeitos de transumância, o número de colmeias instaladas não poderá diminuir mais do que 25% nos apiários objeto de apoio. Após o período de transumância, os apiários devem recuperar a sua dimensão inicial;
- ▶ Garantir que os apiários integram o plano sanitário de uma organização de apicultores;
- ▶ Ter a exploração integrada na assistência técnica proporcionada por organização de apicultores garantindo, desta forma, que os apiários se mantêm em boas condições de produção, nomeadamente no que respeita à qualidade das ceras, ao maneo reprodutivo e maneo alimentar.

4. APOIO:

- ▶ Atribuído na forma de montante unitário fixo pago ao beneficiário.

Montante unitário fixo pago por beneficiário	Número mínimo de colmeias
€ 125	10 Colmeias
€ 250	25 Colmeias
€ 625	50 Colmeias
€ 1.324	150 Colmeias
€ 2.060	250 Colmeias
€ 3.000	500 Colmeias



A finalizar, importa ainda referir que a CON-FAGRI e a FENAPÍCOLA congratulam-se com o surgimento desta nova intervenção para apoio à apicultura, pese embora a escassa dotação financeira indicativa anual que se encontra prevista, fator determinante para o estabelecimento dos montantes unitários pagos aos apicultores. ●

A GESTÃO DE EFLUENTES PECUÁRIOS NAS EXPLORAÇÕES DE PRODUÇÃO DE LEITE

BALANÇO DA APLICAÇÃO DA PORTARIA 79/2022



TEXTO

FERNANDO CARDOSO

SECRETÁRIO-GERAL
DA FENALAC

A gestão dos efluentes pecuários é um tema muito relevante para a produção de leite, tendo registado uma evolução muito positiva nos últimos anos.

Com efeito, os efluentes pecuários são cada vez mais um recurso da exploração que importa gerir, valorizar e rentabilizar, sendo que os Produtores estão crescentemente focados nesta estratégia. No entanto, ao contrário do que seria natural, a legislação recente, isto é, a Portaria

79/2022, de 3 de fevereiro, veio dificultar este objetivo, dado o seu manifesto desalinhamento relativamente ao sistema de produção de leite predominante em Portugal. Desde logo, lamentamos a sua publicação extemporânea, em sentido contrário ao que tinha sido debatido e assegurado às Organizações Agrícolas. Por outro lado, o diploma acentuou o carácter

O desajuste da Portaria 79/2022 em relação à realidade da produção de leite está centrada no facto dos Produtores de Leite aplicarem efluentes em parcelas dos quais não são titulares, mas que são efetivamente por si laboradas. A estruturação do sector passou, nas últimas décadas, pelo aumento da dimensão média da exploração leiteira, por

exigência de 2 declarações anuais (DPVA DVA), com informação muito detalhada sobre a gestão de efluentes e cujo conteúdo obrigatório ainda hoje não é unânime. Além disso, as declarações serão eletrónicas, mas a plataforma ainda não permite que sejam efetuados alguns dos procedimentos necessários à maioria das explorações! Quase 2 anos após a publicação da



Apenas com a delimitação das parcelas efetivamente trabalhadas pelo Produtor de leite (independente das parcelas elegíveis para as ajudas) e nas quais faz a valorização dos seus efluentes pecuários resultará um quadro exequível no que toca à isenção de emissão de guias de transporte de efluentes.

restritivo da legislação, sob o pretexto da proteção ambiental, e aumentou a carga administrativa e burocrática. Acresce que as ferramentas eletrónicas que supostamente iriam facilitar as tarefas dos Agricultores, valorizadores de efluentes e Administração não foram elaboradas e testadas antes da entrada em vigor da legislação. Mais grave: quase dois anos após a publicação do diploma essas ferramentas ainda não estão ativas. Falamos obviamente do SI-REAP, cujo desenvolvimento tem decorrido nos últimos 2 anos e ainda não entrou em fase de testes. Não podemos entender como admissível que uma legislação seja publicada sem que os meios para a aplicar estejam criados, testados e divulgados. Trata-se de uma situação em que se aplica com propriedade o ditado “pôr o carro à frente dos bois”!

via do aumento da área explorada num quadro de alguma informalidade, devido à resistência de muitos proprietários de terrenos, principalmente os mais idosos, em formalizar por escrito os vínculos contratuais. O anterior quadro legal permitia resolver a situação através das “declarações de cedência” de terrenos para efeitos de valorização agrícola dos efluentes, procedimento rápido e simples, ao qual os proprietários acediam com alguma facilidade. As parcelas em causa ficavam incluídas no Plano de Gestão de Efluentes do Produtor (PGEP) que efetivamente trabalhava os terrenos, por um período de 7 anos, garantindo estabilidade e economia de procedimentos. A legislação atual, sob uma capa de desburocratização - não exige um PGEP -, aumenta os procedimentos por via da

Portaria trabalha-se ainda num conjunto de figuras e procedimentos que garantam a exequibilidade da legislação. Com efeito, a aplicação literal da regulamentação obrigaria ao registo como “Valorizadores” de todos os proprietários dos terrenos trabalhados pelo Produtor de leite, obrigando aos procedimentos burocráticos inerentes, incluindo a aceitação eletrónica de todos os carregamentos de efluentes espalhados nos terrenos e à emissão de correspondentes guias eletrónicas por parte do Produtor de leite. Da parte dos proprietários não existe qualquer interesse ou vontade de efetuar tais procedimentos, desde logo porque os mesmos estão deslocados dessas áreas, enquanto da parte dos Produtores de leite o trabalho administrativo seria desproporcional e desajustado de qualquer critério de bom senso. Por isso, ainda permanece um debate



entre as Organizações da Produção e a Administração visando criar uma figura admissível neste quadro legal que permita ultrapassar estes constrangimentos. Apenas com a delimitação das parcelas efetivamente trabalhadas pelo Produtor de leite (independente das parcelas elegíveis para as ajudas) e nas quais faz a valorização dos seus efluentes pecuários resultará um quadro exequível no que toca à isenção de emissão de guias de transporte de efluentes.

Não podemos entender como admissível que uma legislação seja publicada sem que os meios para a aplicar estejam criados, testados e divulgados.

Também a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI 2030), publicada no início do ano de 2022, continha um vício de forma. Com efeito, a ENEAPAI estabelece que, no máximo, apenas 50% das necessidades nutricionais das culturas agrícolas podem ser satisfeitas por via de fertilizantes orgânicos, isto é, efluentes pecuários.

Ao nível da Política Europeia temos diretrizes contrárias: a estratégia do Prado ao Prato e o Pacto Ecológico Europeu promovem a utilização dos fertilizantes orgânicos e determina a redução em 20% no uso de fertilizantes de síntese. Também o PEPAC em vigor em Portugal apresenta medidas que promovem e premeiam a economia circular, por via da utilização dos efluentes orgânicos na fertilização das culturas agrícolas.

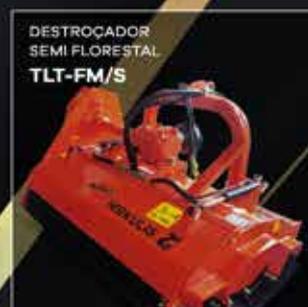
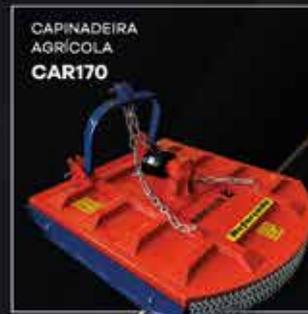
A Administração tem de ser coerente e colocar a ênfase na utilização dos efluentes pecuários como recurso económico, a qual nos últimos tempos assume uma redobrada importância atendendo ao aumento do custo dos fertilizantes de síntese.

Deixamos um apelo para que se conciliem posições entre a tutela do Ambiente e da Agricultura, visando a criação de um quadro de atuação claro e objetivo por parte dos Agricultores.

Algo se afigura muito evidente nesta situação: Os Agricultores não podem ser pressionados para pretensas soluções milagrosas, as quais na prática significariam a falência do sector.

Todas as possibilidades devem ser avaliadas, nomeadamente a valorização energética e a exportação de efluentes para fora da exploração.

No entanto, um fator deve estar sempre presente nessa avaliação: a sustentabilidade económica da exploração! Nessa perspetiva, a valorização agrícola dos efluentes deve ser explorada ao máximo, pois apresenta os melhores índices de desempenho a nível agronómico, ambiental e económico. ●



NÃO HÁ BOA TERRA SEM BOM LAVRADOR.

HERKULIS.COM
herkulis@herkulis.com



+351.234 543 222 (chamada para a rede fixa nacional)
+351.919 052 777 (chamada para a rede móvel nacional)
+351.912 550 955 (chamada para a rede móvel nacional)

Rua da Linha - Quinta da União - Ap. 92 - 3850-501 BRANCA ALB - Albergaria-a-Velha - PORTUGAL
GPS: 40° 44' 42" N | 08° 29' 21" W

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

 CONFAGRI

A participação de Portugal no Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas AGRIFISH, realizado no Luxemburgo no passado mês de outubro, e o relato da reunião bilateral com o Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Janusz Wojciechowski, para debater o ponto de situação do mercado face ao contexto geopolítico e climático e as ferramentas disponibilizadas pela Política Agrícola Comum (PAC), proporcionaram um comunicado, por parte da Tutela, merecedor de análise.

PEPAC. A MARCHAR EM QUE SENTIDO?



É referido no comunicado que, os eventos climáticos extremos e o contexto geopolítico geram maiores desequilíbrios socioeconómicos no sector agrícola e ganham um cariz mais estrutural, ao ponto de se considerar que o impacto que estão a ter no rendimento dos agricultores pode colocar em risco a viabilidade de um grande número de explorações em Portugal. Sobre este enunciado parece, para todos nós, ou pelo menos uma grande maioria concordará, que os eventos assinalados não são ocasionais, expondo décadas de atraso na realização de investimentos estruturais, designadamente no aproveitamento e na melhoria da eficiência da utilização dos recursos disponíveis.

Sendo aceitável que as verbas do primeiro pilar da PAC podem proporcionar temporariamente maior estabilidade ou previsibilidade no rendimento dos agricultores, elas não contribuem para a resolução de qualquer problema estrutural, antes pelo contrário. Os problemas estruturais só se resolvem com investimento, ou seja com verbas do

segundo pilar, pelo que a depauperação das verbas do desenvolvimento rural apenas contribuirá para agravar ainda mais o futuro da agricultura nacional.

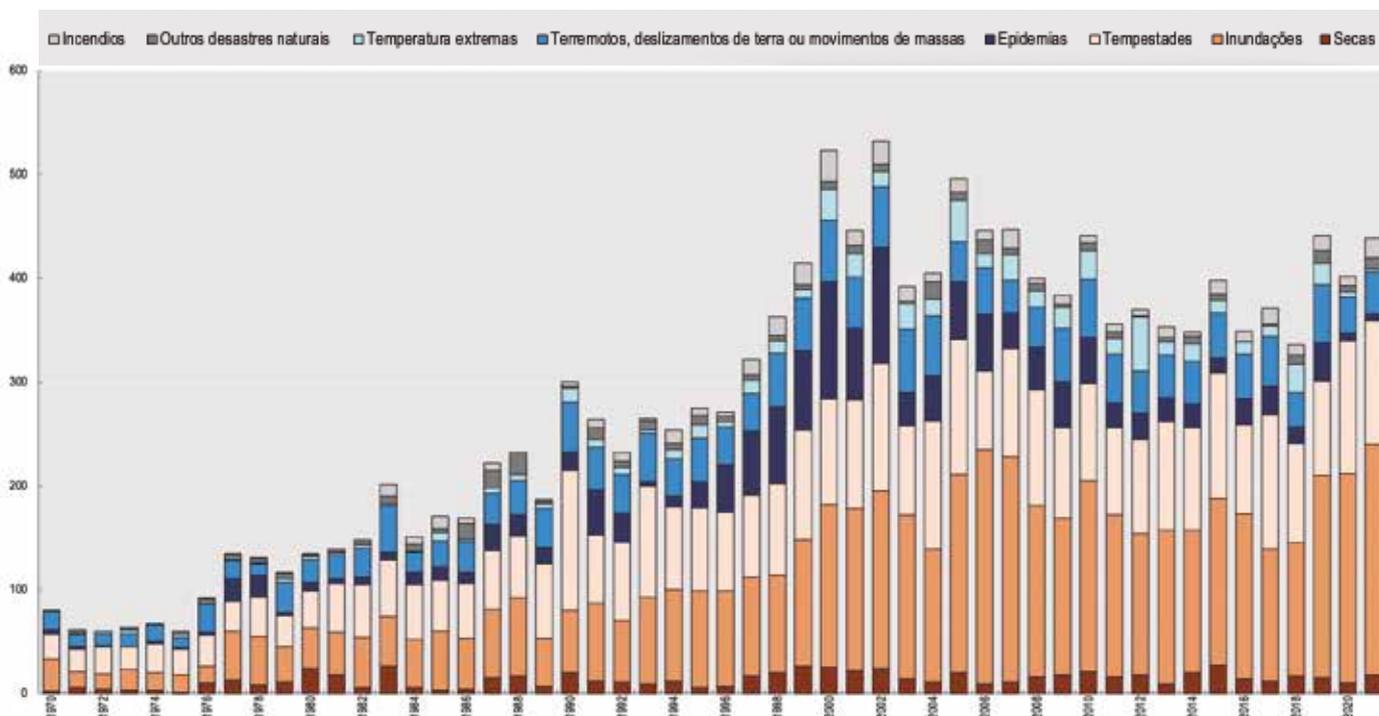
Nos últimos anos, o rendimento da atividade agrícola tem sido fortemente penalizado, seja ainda pelos efeitos e marcas deixadas pela pandemia, seja pelo impacto dos atuais conflitos armados, designadamente, o ataque da Rússia à Ucrânia e, mais recentemente, o conflito no Médio Oriente, que estão a provocar enormes aumentos nos custos dos fatores de produção. Para estes incidentes excecionais, que todos desejamos o seu rápido fim, o que se exige são medidas extraordinárias de apoio independentes da PAC.

Já no que respeita às questões de natureza climática, independentemente do maior ou menor grau de concordância com as projeções e impactos apresentadas pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC, 2023), poucas pessoas terão dúvidas ao concordar que a agricultura é dos sectores mais expostos às alterações resultantes nos padrões

climáticos e aos fenómenos extremos, como secas e inundações, dadas as condições em que a atividade é, na sua generalidade, exercida.

Num recente relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de «Monitorização e avaliação da política agrícola» (OCDE, 2023¹) e considerando o atual contexto das alterações climáticas, é referido relativamente à atividade agrícola que *a adaptação a este ambiente em mudança é imperativa para enfrentar o triplo desafio de fornecer alimentos a uma população crescente, proporcionar meios de subsistência ao longo de toda a cadeia de valor alimentar e aumentar a sustentabilidade do sector agrícola*. Este triplo desafio que a agricultura e os agricultores terão de enfrentar só poderá ocorrer com recurso a investimentos que permitam produzir mais com muito menos. Ou seja, o futuro exige uma agricultura intensiva e sustentável. A sociedade, atualmente, reconhece mais a necessidade de apoiar a agricultura e as dificuldades e desafios que a mesma

GRÁFICO 1 Freqüência de desastres naturais reportados a nível mundial, no período 1970-2021 (Adaptado: OCDE, 2023)



NOTA: Os dados incluem todos os desastres naturais relatados que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios: 10 ou mais pessoas mortas; 100 ou mais pessoas afetadas; uma declaração do estado de emergência; um pedido de ajuda internacional 10 ou mais pessoas mortas; 100 ou mais pessoas afetadas; uma declaração do estado de emergência; um pedido de ajuda internacional

FONTE: EM-DAT, CRED / UCLouvain, Brussels, Belgium – www.emdat.be

enfrenta. Este reconhecimento resulta, também, de diversos trabalhos científicos sobre o tema. Trabalhos do Centro de Investigação Ambiental e Sustentabilidade (CENSE), da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade NOVA de Lisboa, como o apresentado no artigo «A gravidade da seca e das perdas de colheitas por ondas de calor triplicou nas últimas cinco décadas na Europa» (Brás, 2021²), sobre os efeitos dos fenómenos climáticos extremos na agricultura, lançando alertas sobre como os desastres climáticos extremos podem pôr em risco o abastecimento alimentar interno e perturbar os mercados de produtos de base na Europa, ajudam a demonstrar e compreender as necessidades de adaptação e de inovação na produção agrícola e pecuária (Gráfico 1).

Os impactos das alterações climáticas na atividade agrícola não se limitam apenas aos que resultam dos desastres naturais e dos seus efeitos diretos na produtividade das culturas. Tão, ou mais, importantes são os efeitos indiretos na produtividade resultantes de alterações no comportamento das plantas, por inadaptação às novas condições, ou porque as pragas, doenças e as espécies invasoras começam, também, a ter comportamentos diferentes criando novas dificuldades aos agricultores e à própria ciência.

Os problemas enunciados não são novos, não surgiram da noite para o dia, são grandes desafios que requerem mudanças e exigências profundas a todos os intervenientes, só possíveis com o reforço do investimento.

No âmbito da elaboração dos planos estratégicos da PAC, a resposta aos desafios das alterações climáticas foi uma das prioridades de cada um dos 27 Estados-Membro. Analisando, em termos macro, os 28 Planos Estratégicos da PAC (2023-2027) aprovados verifica-se uma preocupação da maioria dos Estados-Membro, superior a 40%, em transferir verbas dos pagamentos diretos (I pilar - FEAGA), para o desenvolvimento rural (II pilar - FEADER) para o período 2023-2027. Em oposição, apenas 22% dos Estados-Membro manifestaram pretender transferir verbas do II pilar para o I pilar. A maioria dos Estados-Membro parece estar de acordo que a resposta a dar às alterações climáticas tem de ser realizada através de um reforço do apoio ao investimento e às intervenções de

ambiente e clima. Já Portugal, parece ter outro entendimento... O que não deixa de ser estranho, quando inclusivamente existe um sério e evidente risco de falta de dotação para responder à totalidade das candidaturas submetidas pelos beneficiários a compromissos de ambiente e clima do eixo C do PEPAC, em intervenções como: a «Conservação do solo», o «Uso eficiente da água», os «Montados e Lameiros» e ainda as «Raças autóctones» e o «Mosaico agroflorestal». Assim, quando Portugal solicita a flexibilização dos instrumentos existentes, nomeadamente, para a transferência entre pilares e a possibilidade de mobilizar mais recursos do Desenvolvimento Rural de forma mais expedita para o I

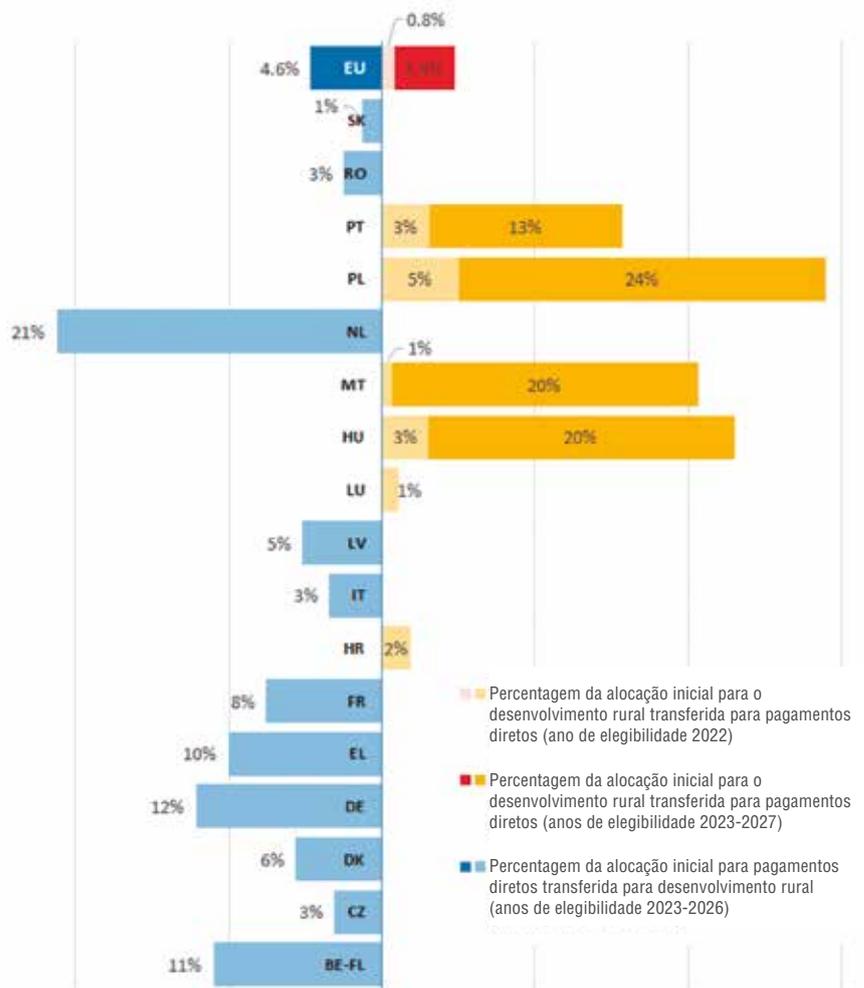
pilar, referente a um plano estratégico plurianual que ainda não tem sequer o balanço do primeiro ano de aplicação, faz lembrar a velha história de uma Mãe que ao ver um desfile militar, onde também vai o seu filho, a marchar com o passo trocado, diz vaidosa: “muito bonito, mas vão todos com o passo trocado. Só o meu filho vai certinho”... ●

NOTAS

- 1 OECD (2023), Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2023: Adapting Agriculture to Climate Change, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/b14de474-en>.
- 2 Teresa Armada Brás et al 2021 Environ. Res. Vamos. 16 065012

GRÁFICO 2

Transferências entre os Pagamentos Diretos (I pilar – FEAGA) e o Desenvolvimento Rural (II Pilar – FEADER) decididos por Estado-Membro para o período 2023-2027



FONTE: European Commission, 2023, Approved 28 CAP Strategic Plans (2023-2027), Summary overview for 27 Member States. Facts and figures.

CCAM ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

TEXTO

PAULO MARQUES

CONFAGRI

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Estremoz iniciou a sua atividade em 1926, por iniciativa de um conjunto de personalidades de Estremoz, o que faz com que esta Instituição conte com quase 100 anos de história. A CCAM tem sede na cidade de Estremoz, tendo efetuado em agosto de 2000, uma fusão com as Caixas congéneres de Monforte e de Arronches, da qual resultou a atual designação de CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches.

A CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches, exerce a sua atividade nestes 3 concelhos, através de uma rede que conta com 6 balcões, Estremoz, Arcos, Evoramonte, Veiros, Monforte e Arronches, contando com uma equipa de 22 colaboradores e com cerca de 1.700 sócios. O total da sua área de circunscrição contempla 18.500 habitantes, tendo a Caixa Agrícola cerca de 10.000 clientes. As quotas de mercado da Instituição, ao nível de depósitos e de crédito, ultrapassam os 30%, o que ilustra bem a sua representatividade junto da comunidade local.

Com referência a 30 de setembro de 2023, a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches, detém uma carteira de depósitos no valor de 119 milhões de euros. O crédito concedido ascende a um total de 90 milhões de euros, encontrando-se maioritariamente concentrado no sector agrícola, que representa aproximadamente 46% do total da carteira.



1. SEDE DA CCAM EM ESTREMOZ

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches

[CONTACTOS]

Largo da República, 1 e 2
7100-510 Estremoz

Telefone: +351 268 339 170

Fax: +351 268 339 174

Email: estremoz@creditoagricola.pt

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches, Carlos Veiga

A CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches tem uma história rica na região. Como avalia o impacto e a relevância da Caixa na vida económica e social local?

A Caixa Agrícola é conhecida localmente como o “banco da terra”. Expressão que, só por si, já elucida a interação existente entre esta Instituição e as comunidades locais. Com efeito, desde a sua fundação foram definidos objetivos mutualistas e cooperativistas para a Caixa Agrícola,



2. CARLOS VEIGA, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CCAM DE ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

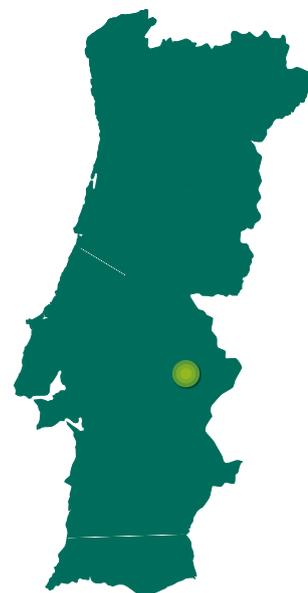
que se consubstanciam na melhoria das condições de vida das comunidades locais. A possibilidade de uma participação ativa nas decisões da Caixa Agrícola, conferida aos habitantes / empresários desta região, na sua qualidade de sócios da Instituição, conjugada com a capacidade de uma decisão local e rápida, cria uma imagem de marca claramente distinta das outras organizações bancárias presentes nestes três concelhos. Percebe-se o impacto da Caixa Agrícola quando, ao olharmos para estes concelhos, concluímos que somos o único banco a marcar presença em 7 freguesias, quer seja por via das agências, ou por via das ATM's. É difícil existir um evento organizado pelas comunidades

locais que não tenha o patrocínio da Caixa Agrícola. É difícil existir um cartaz alusivo às festividades, maioritariamente religiosas, das vilas e aldeias que não tenha o símbolo do Crédito Agrícola. Nestes simples e pequenos gestos, contribuímos para a coesão territorial e social. Se equacionarmos o exercício de pensar o que seria destas freguesias, ao longo da sua história, sem a presença da Caixa Agrícola, facilmente percebemos a relevância que a Instituição tem assumido na vida económica e social destas localidades. A história da Caixa Agrícola é, por isso, indissociável da história destes três concelhos, da história das suas gentes, dos empresários, das famílias, das entidades públicas, das associações, das misericórdias e de outras instituições particulares de solidariedade social.

Dada a longa história da CCAM nesta região (97anos), de que maneira a proximidade e o conhecimento local têm sido fundamentais na trajetória e sucesso da Caixa?

Diria que o segredo da longevidade desta Caixa Agrícola, tal como do próprio Grupo Crédito Agrícola (centenário), reside no profundo enraizamento junto das comunidades locais. Sendo este enraizamento sinónimo de confiança e proximidade, o que, na essência, traduz o compromisso social com as populações. Atualmente, em face das sucessivas crises económico-financeiras, verifica-se uma crescente exigência de supervisão por parte dos bancos centrais, com uma tendência para modelos de integração e governação centrados em grandes instituições financeiras. Todavia,

PORTUGAL CONTINENTAL



SAIBA MAIS SOBRE A CCAM DE ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

continuamos a acreditar que este modelo de banca de proximidade, que recruta colaboradores inseridos na comunidade local, continuará a ter sucesso, precisamente porque permite um conhecimento único da economia real, a par de uma aposta em financiar atividades económicas de pequena e média dimensão, mitigando assim o risco de crédito. Sentimos que esta proximidade ao longo dos anos gera um enorme capital de confiança, que se traduz no facto da Caixa Agrícola ser o único banco para muitas famílias e empresas, a quem confiam as poupanças acumuladas ao longo de décadas de trabalho.

Num mercado com uma forte concorrência e desafios económicos, que estratégias específicas a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches adotou para manter e fazer crescer o seu volume de negócios?

Em geral, a principal estratégia reside em mantermos esta identidade distintiva, baseada nos valores de proximidade e confiança, ao invés de nos convertermos ao modelo dominante da restante banca, cujos poderes de decisão estão cada vez mais afastados das comunidades locais e assentes em modelos de análises de risco



3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESQ. PARA A DIR.: LÚCIA LOUREIRO, CARLOS VEIGA, ALEXANDRA MASSANO



4. AGÊNCIA DE MONFORTE

uniformes que nem sempre atendem às especificidades de cada negócio.

Em particular, a estratégia está suportada por uma equipa de colaboradores fortemente capacitada que “veste a camisola CA”, que conhece muito bem os clientes e seus negócios, o que tem permitido posicionar a Instituição como o principal banco no apoio aos agentes locais, em especial ao sector primário / agrícola e à economia social.

Queremos manter um modelo de negócio conservador e prudente, mas flexível e célere na resposta, procurando aumentar o volume de ativos através de créditos dispersos e de pequeno volume, sustentado no capital de confiança dos nossos depositantes e associados. Na última década quase que duplicámos o crédito concedido, de 55 para 91 milhões de euros, e evoluímos de um total de depósitos de 70 para cerca de 120 milhões de euros.

Queremos continuar a solidificar este crescimento fazendo jus à nossa assinatura “O Banco Nacional com Pronúncia Local”.

O compromisso social é uma pedra angular para a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches. Poderia dar-nos exemplos concretos de como esse compromisso se manifesta na prática?

A Caixa Agrícola ao longo destes anos tem

estabelecido parcerias com os diversos intervenientes nas comunidades locais, escolas, municípios, juntas de freguesia, misericórdias, bombeiros, associações empresariais e de índole cultural, enfim... somos hoje uma das principais fontes de mecenato a nível local. Os nossos clientes e associados, sabem que a principal missão da Instituição não está na maximização do lucro, mas sim no compromisso de participarmos de forma decisiva para o desenvolvimento da economia local. Não temos a pressão que outros têm em distribuir dividendos aos “acionistas”. Continuamos a prestar os nossos serviços financeiros em localidades que a restante banca já não considera rentável, mantendo o nosso número de agências e inclusive incrementando o número de colaboradores, recrutados de preferência numa base local. Somos uma entidade empregadora que procura jovens qualificados para zonas de interior com tendência à desertificação.

Qual é a sua visão sobre o estado atual da agricultura na região de Estremoz, Monforte e Arronches e quais as perspectivas futuras para o sector?

Este sector tem enfrentado, em particular nos últimos anos, uma conjuntura muito difícil, desde logo, pela seca severa que

tem assolado o país. A nossa região, ao contrário de outras, não está abrangida por perímetros de rega de dimensão significativa, pelo que o tema das alterações climáticas é dos mais preocupantes. Nos nossos três concelhos, o sector da pecuária é um dos predominantes, tendo a sua rentabilidade sido fortemente afetada pelos baixos índices de produtividade e pelos aumentos dos custos de produção a que temos assistido. Por outro lado, o atraso na execução e nos pagamentos de medidas inerentes aos programas de apoio ao desenvolvimento rural tem contribuído para o agravamento destes desequilíbrios financeiros. Ainda assim, verifica-se que este sector tem vindo a reorganizar-se em torno de associações de produtores, com uma gestão cada vez mais profissional, o que tem permitido assegurar o escoamento e a valorização dos seus produtos. Ao nível das fileiras da vinha e do olival, temos assistido nas últimas duas décadas a um forte investimento na reconversão e em novas plantações, pelo que estes sectores adquiriram no nosso território uma importância estratégica na criação de riqueza e na fixação de população.

Os indicadores em torno do autoaprovisionamento e das exportações nestes sectores são animadores e fazem-nos acreditar que a agricultura, em particular no Alentejo, continuará a ter um papel primordial em termos económicos, sociais e ambientais.

Os desafios passam, essencialmente, por termos uma agricultura assente em explorações modernas e competitivas, com recurso a tecnologias inovadoras, e que cada vez terão de ser mais sustentáveis do ponto de vista ambiental. Para o efeito, torna-se essencial o reforço do investimento público no apoio à renovação geracional, atraindo jovens com formação e novas competências para a agricultura.

Em seu entender, o que seria importante no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio que permita potenciar tanto o sector agrícola quanto a atividade da Caixa na região?

Não sou um especialista nessa matéria, pelo que apenas me atrevo a tecer algumas considerações genéricas. Em primeiro lugar, é fundamental que as medidas constantes dos diversos Quadros Comunitários resultem de um amplo diálogo com as organizações representativas dos agricultores, para que exista uma adequação da

legislação às realidades e necessidades de cada país, de cada região. Por outro lado, tem de haver estabilidade em torno das medidas. A mudança entre quadros comunitários não pode significar apostas em culturas completamente diferentes e, por vezes, inadequadas ao tipo de clima e de solo, sem conhecimento em torno do que se está a plantar. Existe uma ideia generalizada em plantar aquilo que é subsidiado, quando, deveria existir um forte estímulo em apoiar aquilo que o país faz de melhor (vinho, azeite, pecuária, cortiça). Outro aspeto que deveria ser visto como uma obrigação irrevogável do Estado, é o de estimular a execução na íntegra das medidas de apoio, é incompreensível a devolução de verbas a Bruxelas, ou a realização de pagamentos atrasados ou com alterações aos calendários. Assim, torna-se difícil para o empresário agrícola cumprir atempadamente os seus compromissos. No que concerne às especificidades da

numa agricultura social e comunitária, de baixa densidade, suportada em circuitos de comercialização próximos (mercados, lares, creches, escolas), daria, na minha opinião, um forte contributo para o desenvolvimento destas regiões e para o combate à desertificação.

Poderia partilhar connosco algumas das aspirações e planos futuros para a CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches?

Na conjuntura que temos vivido nos últimos anos (pandemia covid 19, inflação elevada, subida rápida de taxas de juro, tensões geopolíticas), penso que a principal missão da Caixa Agrícola será auxiliar, no imediato, as famílias e empresas mais vulneráveis a ultrapassar este período conturbado. Nesse âmbito, a Instituição, tal como o Grupo Crédito Agrícola, dispõe de níveis de solvabilidade e de liquidez suficientes para enfrentar os riscos inerentes ao eventual aumento de créditos não produtivos.

vamos ter de reforçar a nossa estrutura organizacional para darmos continuidade a esta aposta na “centralidade do cliente”.

Como avalia a relação da CCAM de Estremoz, Monforte e Arronches com a CONFAGRI?

Diria que é uma “parceria familiar”, temos o mesmo ADN, partilhamos propósitos comuns. Em particular, no apoio técnico que prestamos aos agricultores, a CONFAGRI pelo seu profissionalismo, disponibilidade e proximidade, constitui uma enorme mais-valia para a Caixa Agrícola. Esta é mais uma das áreas que nos diferencia das restantes instituições financeiras, dispomos de um Serviço de Apoio Agronómico, liderado por um dos nossos colaboradores que, com o apoio e formação ministrada pela CONFAGRI, responsabiliza-se pela elaboração das candidaturas ao “Pedido Único”, por situações relacionadas com o parcelário, com o registo de animais e todo um conjunto de burocracias e tarefas que os agricultores não tem de se preocupar porque já sabem, e confiam, que a Caixa Agrícola está cá para os ajudar. E isto só é possível com o apoio da CONFAGRI, relacionamento que remonta à década de 90. Enquanto interlocutor dos interesses das Cooperativas agrícolas junto dos organismos estatais e europeus, a CONFAGRI tem tido um papel primordial ao ser uma “voz ativa” junto de Bruxelas na defesa de políticas e instrumentos financeiros adequados para a agricultura portuguesa.

Que mensagem gostaria de transmitir aos associados, clientes e à comunidade em geral?

Uma mensagem de gratidão! Ao longo destes quase 100 anos a nossa comunidade em geral percebeu que na Caixa Agrícola, tal como nas congéneres que integram este grupo financeiro, o lucro que obtemos é reinvestido na própria região. Por isso, contribuiu para o engrandecimento da Instituição e, por isso, “estamos cá por um bem maior”!

Estes quase 100 anos de história não existiriam se, desde o primeiro dia (1926), um vasto conjunto de personalidades, fundadores, órgãos sociais, colaboradores, até aos dias de hoje, não tivesse construído este caminho, com enorme dedicação e empenho. A todos os que deram o seu contributo a esta Instituição, o meu Muito Obrigado! Tudo faremos para honrar este legado! ●



5. AGÊNCIA DE ARRONCHES

nossa região, era importante que o Quadro Comunitário de Apoio, continuasse a apoiar a reconversão das vinhas e olivais, assim como a melhoria e sustentabilidade dos solos. Nos nossos concelhos, a aposta

Outra das preocupações será a constante valorização do nosso capital humano, manter a nossa equipa de colaboradores motivada, com ações de formação contínua e focada na satisfação dos nossos clientes. No futuro,

NOVA ROTULAGEM DE VINHOS E OUTROS PRODUTOS VITIVINÍCOLAS

TEXTO

TERESA MATA

 FENADEGAS



Este artigo aborda as recentes alterações na rotulagem de vinhos e produtos vitivinícolas, destacando as exigências do Regulamento (UE) n.º 2117/2021. Desde declarações nutricionais a listas de ingredientes, as novas diretrizes visam a transparência e informação, impactando produtos a partir de dezembro de 2023. Este panorama abrange aspectos cruciais para a indústria, delineando regras rigorosas para promover uma rotulagem clara e precisa.

O Regulamento (UE) n.º 2117/2021 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro de 2021, que altera o Regulamento (UE) n.º 1308/2013, inclui novas alíneas no Artigo 119.º - Indicações Obrigatórias, a saber:

A) Indicação da Declaração Nutricional (n.º 1, alínea I do Artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1169/2011);

B) Ingredientes; (n.º 1, alínea b) do Artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 1169/2011);

C) Data de durabilidade.

Aplica-se a todos os produtos produzidos a partir de 8 de dezembro de 2023. Os produtos que tenham sido produzidos antes dessa data, podem continuar a ser colocados no mercado até ao esgotamento das existências (os vinhos e produtos aromatizados vitivinícolas produzidos antes de 8 de dezembro de 2023 estão isentos desta obrigatoriedade e podem continuar a ser colocados no mercado até ao esgotamento das existências).

A) INDICAÇÃO DA DECLARAÇÃO NUTRICIONAL – APLICA-SE AOS SEGUINTE PRODUTOS:

- a) Vinho, vinho novo em fermentação; vinho licoroso; vinho espumante; vinho espumante de qualidade; vinho espumante de qualidade aromático; vinho espumante gaseificado; vinho frisante; vinho frisante gaseificado; mosto de uvas; mosto de uvas parcialmente fermentado; mosto de uvas concentrado, vinho proveniente de uvas passas e vinho de uvas sobre amadurecidas (Produtos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013);
- b) Vinho aromatizado; bebida aromatizada à base de vinho e cocktail aromatizado de produtos vitivinícolas (Produtos do Regulamento (UE) n.º 251/2014)

Na embalagem ou no rótulo deverá constar o teor da declaração nutricional, que poderá ser apenas o valor energético utilizando o símbolo “E” (energia), mais a restante informação da declaração nutricional disponibilizada por via eletrónica, por QR-Code ou similar de ligação (link), tudo no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias. Ou seja:

- A) Valor energético «E»:
- Expresso em kJ e kcal por 100 ml;
 - Indicado no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias;
 - Indicado em caracteres com uma altura igual ou superior a 1,2 mm

Mais

- B) QR-Code ou similar de ligação (link) assinalado no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias.

No formato digital/eletrónico, o conteúdo corresponde à declaração nutricional completa/ obrigatória, em que o tamanho dos caracteres deve ser igual ou superior a 1,2 mm.

A declaração nutricional não pode ser apresentada juntamente com outras informações destinadas a fins comerciais ou de *marketing*, e não podem ser recolhidos nem rastreados dados do utilizador.

Eventualmente os operadores poderão optar por incluir a declaração nutricional completa, que terá de ser no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias, em caracteres com uma altura igual ou superior a 1,2 mm.

Conteúdo da declaração nutricional completa/ obrigatória (deve incluir os seguintes elementos):

- O valor energético e as quantidades de lípidos, ácidos gordos saturados, hidratos de carbono, açúcares, proteínas e sal;
- A indicação de outros elementos, não obrigatórios, (por exemplo: polióis) na declaração nutricional deve seguir as regras específicas estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1169/2011.

Expressão e apresentação da declaração nutricional (por 100 ml)

- O valor energético tem de ser indicado em kJ (quilojoules) e kcal (quilocalorias). O valor em quilojoules tem de ser indicado em primeiro lugar, seguindo-se-lhe o valor em quilocalorias. Podem usar-se as abreviaturas kJ/kcal.

- As quantidades de lípidos, ácidos gordos saturados, hidratos de carbono, açúcares, proteínas e sal devem ser expressos em gramas (g), miligramas (mg) ou microgramas (µg). Devem ser apresentados em conjunto, num formato claro e pela ordem seguinte:

Declaração Nutricional	Valor/por 100 ml
Energia	Kj ou Kcal
Lípidos	g
dos quais saturados	g
Hidratos de carbono	g
dos quais açúcares	g
Proteínas	g
Sal	g

- Estes elementos devem ser incluídos no mesmo campo visual;
- Preferencialmente, os elementos acima indicados devem ser apresentados em forma de tabela/quadro (Se o espaço não for suficiente, a declaração deve figurar em formato linear/sequencial);
- Todas as informações têm de ser facilmente visíveis, claramente legíveis e estar escritas com pelo menos 1,2 mm de altura;
- Quando a declaração nutricional é fornecida fora do rótulo, deve ser apresentada sempre em formato de tabela/quadro, com os números alinhados.

NOTA: Se o valor energético ou a quantidade de nutrientes de um produto for negligenciável, a informação relativa a esses elementos pode ser substituída por uma menção «Contém quantidades negligenciáveis de ...», indicada na proximidade imediata da declaração nutricional. Se tal não for feito, todos os elementos obrigatórios da declaração nutricional devem ser indicados pela ordem acima referida, incluindo para valores nulos.

Cálculo:
O valor energético deve ser calculado utilizando os fatores de conversão enumerados no Anexo XIV do Regulamento (UE) n.º 1169/2011. Os valores constantes da declaração nutricional (valor energético e elementos nutricionais) devem ser valores médios estabelecidos, conforme o caso, a partir de:

A indicação obrigatória na rotulagem dos vinhos e outros produtos vitivinícolas, da declaração nutricional, dos ingredientes e data de durabilidade mínima aplica-se a todos os produtos produzidos a partir de 8 de dezembro de 2023.



- da análise do género alimentício efetuada pelo operador;
- do cálculo efetuado a partir dos valores médios conhecidos ou reais relativos aos ingredientes utilizados;
- do cálculo efetuado a partir de dados geralmente estabelecidos e aceites.

NOTA: Consultar como referência, por exemplo: Plataforma de informação alimentar em Portugal: site da PortFIR: <https://portfir-insa.min-saude.pt/>

Tolerâncias

(Documento de Orientação Destinado às Autoridades Competentes para o Controlo do Cumprimento da Legislação da UE, nomeadamente o Regulamento n.º 1169/2011, emitido em dezembro de 2012, pela DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE E DOS CONSUMIDORES da Comissão Europeia).

É importante que existam tolerâncias para efeitos de rotulagem nutricional, uma vez que é impossível que os produtos contenham sempre os níveis exatos de energia e nutrientes indicados no rótulo, devido a variações naturais e a variações na produção e durante o armazenamento. Contudo, o teor de nutrientes não deve desviar-se substancialmente dos valores constantes da rotulagem, visto que tais desvios poderiam levar a que os consumidores fossem induzidos em erro.

Independentemente do modo como as declarações nutricionais são derivadas, os operadores devem agir de boa-fé, a fim de garantir um elevado grau de rigor dessas declarações nutricionais.

Em especial, os valores declarados devem estar próximos dos valores médios de uma série de lotes de produtos, não devendo ser estabelecidos nem no limite superior nem inferior de um determinado intervalo de tolerância.

NOTA: Consultar OTE IVV N.º 3/2023 Edição n.º 2, quadro 1

Para a indicação do teor alcoólico, mantem-se as tolerâncias específicas da legislação do sector vitivinícola, isto é, aplicam-se as regras previstas no artigo 44.º do Regulamento Delegado (UE) 2019/33.

Orientações sobre o arredondamento aplicáveis à declaração nutricional

As orientações sobre o arredondamento encontram-se entre os fatores que influenciam a fixação das tolerâncias, incluindo o número de algarismos significativos ou casas decimais, a fim de não implicarem um nível de precisão que não corresponda à verdade.

NOTA: Consultar OTE IVV N.º 3/2023 Edição n.º 2, quadro 4

B) INDICAÇÃO LISTA DE INGREDIENTES – APLICA-SE AOS SEGUINTE PRODUTOS:

- Vinho, vinho novo em fermentação; vinho licoroso; vinho espumante; vinho espumante de qualidade; vinho espumante de qualidade aromático; vinho espumante gaseificado; vinho frisante; vinho frisante gaseificado; mosto de uvas; mosto de uvas parcialmente fermentado; mosto de uvas concentrado, vinho proveniente de uvas passas e vinho de uvas sobre amadurecidas (Produtos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013);
- Vinho aromatizado; bebida aromatizada à base de vinho e cocktail aromatizado de produtos vitivinícolas (Produtos do Regulamento (UE) n.º 251/2014).

Na embalagem ou no rótulo deve constar: Lista de ingredientes no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias, em caracteres com uma altura igual ou superior a 1,2 mm.

Neste caso, os alergénios devem ser indicados na lista de ingredientes e a negrito.

OU

Em formato digital/ eletrónico - QR- code ou similar de ligação (link) no mesmo campo visual das outras menções obrigatórias. Atenção que neste caso, a lista de ingredientes não pode ser apresentada juntamente com outras informações destinadas a fins comerciais ou de *marketing*, e não podem ser recolhidos nem rastreados dados do utilizador.

A indicação dos alergénios deve figurar diretamente na embalagem ou num rótulo, podendo estes estar indicados fora do mesmo campo visual das outras menções obrigatórias, em caracteres com

uma altura igual ou superior a 1,2 mm e introduzidos através do termo «contém».

Conteúdo da lista de ingredientes:

- Uvas (termo para indicar a matéria-prima de base, sejam uvas ou mosto de uvas);
- Mosto de uvas concentrado (termo para designar mosto de uvas concentrado ou mosto de uvas concentrado retificado);
- Aditivos (Reguladores de acidez; Conservantes/antioxidantes; Gases e gases de embalagem e Outras práticas) que ainda estejam presentes no produto acabado, mesmo sob a forma alterada e auxiliares tecnológicos que provocam alergias ou intolerâncias e que continuem presentes no produto final, mesmo sob forma alterada. Todos os aditivos e auxiliares tecnológicos autorizados na produção de vinho constam no Anexo I, Parte A, Quadro 2 do Regulamento (UE) n.º 934/2019.

Apresentação da lista de ingredientes

- Deve incluir ou ser precedida de um cabeçalho adequado, constituído pelo termo «ingredientes», ou que o inclua;
- Ser fornecida por ordem decrescente do seu peso, tal como registado no momento da sua utilização para a elaboração do produto. Os ingredientes que representam menos de 2% do produto acabado podem ser enumerados numa ordem diferente, após os outros ingredientes;
- Devem ser apresentados pelo seu nome específico, com as exceções previstas na legislação, como é o caso de: - Uvas; - Mosto de uvas concentrado;
- Substâncias ou produtos que causam alergias, no que diz respeito aos sulfitos; aos ovos e produtos à base de ovos e ao leite e produtos à

base de leite previstos no artigo 41º do Regulamento (UE) n.º 33/2019, em que podem ser utilizados os seguintes termos: - «sulfitos» ou «dióxido de enxofre»; - «ovo», «proteína de ovo», «produto de ovo», «lisozima de ovo» ou «albumina de ovo»; - «leite», «produtos de leite», «caseína de leite» ou «proteína de leite»;

- A designação dos aditivos na lista de

ingredientes deve ser feita pelo nome da sua categoria funcional (Reguladores de acidez; Conservantes/antioxidantes; Agentes estabilizadores, ...), seguido do seu nome específico (Coluna 1 do Quadro 2, Parte A do Anexo I, do Regulamento (UE) n.º 934/2019), ou, em alternativa, do seu número E (Coluna 2 do Quadro 2, Parte A do Anexo I, do Regulamento (UE) n.º 934/2019).

ATADORA ELÉCTRICA
INFACO®

AT1000

INFACO

CRIEMOS NOVOS LAÇOS

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI

N356-2, n.º 120 Ponte Cavaleiro 2410-854 Leiria
244 814 479 • geral@lisagri.pt • www.lisagri.pt

INFACO®

Se um aditivo pertencer a várias categorias funcionais, é indicado o que corresponde à sua função principal.

NOTA: Consultar OTE IVV N.º 3/2023 Edição n.º 2, As situações particulares

C) DATA DE DURABILIDADE – APLICA-SE AOS SEGUINTE PRODUTOS:

- a) Produtos vitivinícolas parcialmente desalcooolizados e desalcooolizados que tenham sido submetidos a um tratamento de desalcooolização em conformidade com o anexo VIII, parte I, secção E e que tenham um título alcoométrico volúmico adquirido inferior a 10%, tais como vinho, vinho espumante, vinho espumante de qualidade, vinho espumante de qualidade aromático, vinho espumante gaseificado, vinho frisante e vinho frisante gaseificado. (Produtos do Regulamento (UE) n.º 1308/2013).
- b) Com um título alcoométrico volúmico adquirido inferior a 10% e não incluídos no código NC 2206 00. (Produtos abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 1169/2011).

Como pode ser apresentado na rotulagem:

- ➊ Pode figurar fora do campo visual das outras menções obrigatórias;
- ➋ A data deve ser precedida da menção:
 - «Consumir de preferência antes de ...», quando a data indique o dia;
 - «Consumir de preferência antes do fim de ...», nos outros casos.

A data deve ser composta pela indicação do dia, do mês e eventualmente do ano, por essa ordem e sob forma não codificada.

Utilização Rótulo Eletrónico

A declaração nutricional bem como a lista de ingredientes podem ser fornecidas «por meios eletrónicos» identificados na embalagem ou num rótulo.

Meios eletrónicos que podem ser utilizados: Um rótulo eletrónico tem de ser um código legível por equipamento que permita o acesso direto às informações pertinentes. Um equipamento de acesso universal, como um *smartphone*, tem de ser capaz de ler/digitalizar um código

e convertê-lo imediatamente num URL para um *website*.

Um simples endereço de sítio Web impresso no rótulo não é um meio suficiente para cumprir os requisitos obrigatórios da rotulagem

Na rotulagem eletrónica, as informações relativas à declaração nutricional e à lista de ingredientes, não podem ser apresentadas juntamente com outras informações destinadas a fins comerciais ou de *marketing*, e não podem ser recolhidos nem rastreados dados do utilizador.

Entrada em vigor e aplicação

Aplica-se a todos os produtos produzidos a partir de 8 de dezembro de 2023.

Os vinhos e produtos vitivinícolas aromatizados produzidos antes de 8 de dezembro de 2023 estão isentos desta obrigatoriedade e podem continuar a ser colocados no mercado até ao esgotamento das existências.

Em relação ao vinho espumante, quando produzido através de uma segunda fermentação alcoólica, só pode ser considerado «produzido» após a segunda fermentação, pelo que se a segunda fermentação alcoólica ocorrer depois de 8 de dezembro de 2023, o vinho espumante em causa está obrigado a ostentar na respetiva rotulagem a declaração nutricional e os ingredientes.

Legislação:

Regulamento UE n.º 1169/2011 do Parlamento europeu e do conselho de 25 de outubro;

Regulamento (UE) 2117/2021 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de dezembro de 2021, que altera os Regulamentos (UE) n.º 1308/2013 (“Modificativo OCM”);

Regulamento Delegado (UE) da Comissão, que altera o Regulamento Delegado (UE) 33/2019 da Comissão; ●

FONTE

OTE IVV N.º 3/2023 Edição n.º 2
[https://www.ivv.gov.pt/np4/55/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=6829&fileName=OTE_RO-TULAGEM_Nov_2023_vf.pdf](https://www.ivv.gov.pt/np4/55/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=6829&fileName=OTE_RO-TULAGEM_Nov_2023_vf.pdf)



No formato digital/eletrónico as informações relativas à declaração nutricional e lista de ingredientes não podem ser apresentadas juntamente com outras informações destinadas a fins comerciais ou de *marketing*, e não podem ser recolhidos nem rastreados dados do utilizador.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA EM TODO O PAÍS

PRESENCIAL • e-LEARNING • b-LEARNING



CONFAGRI

Plantar hoje o **CONHECIMENTO** para amanhã colher os **PROVEITOS**



A CONFAGRI em parceria com as Organizações Agrícolas locais, promove formação financiada nas áreas da agricultura, pecuária e floresta.

AÇÕES DE FORMAÇÃO

DESTAQUE

- › **Conduzir e Operar o Trator em Segurança**
Duração: 50 horas
- › **Agricultura Sustentável**
Duração: 50 horas
- › **Formação em Agricultura Biológica**
Duração: 50 horas
- › **Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos**
Duração: 50 horas
- › **Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – Equipamentos Manuais**
Duração: 25 horas
- › **Formação em Produção Integrada**
Duração: 50 horas
- › **Segurança e Saúde no Trabalho Agrícola**
Duração: 50 horas
- › **Proteção de Animais em Transporte**
Duração: 50 horas

**Para estas ou quaisquer
outras ações de formação
que necessite, contacte-nos!**

Os interessados na frequência destas
ações devem contactar a CONFAGRI:
Departamento Formação Profissional | Tel.: 218 118 091
Email: formacao.profissional@confagri.pt



COFINANCIADO POR:



FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA EM SANTARÉM

PRAÇA CONFAGRI REÚNE O MELHOR DA PRODUÇÃO NACIONAL



1. ABERTURA OFICIAL DO FESTIVAL NACIONAL DE GASTRONOMIA

A CONFAGRI, juntamente com as suas Federações associadas (Crédito Agrícola/FENACAM; FENALAC; FENAZEITES; FENADEGAS; FENAFLORESTA; FENAFRUTAS; FENAGRO; FENAPECUÁRIA; FENAPÍCOLA), marcou presença na 42ª edição do Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, que decorreu de 27 de outubro a 5 de novembro, na Casa do Campino, em Santarém.

A Abertura Oficial do Festival Nacional de Gastronomia contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves, do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda e do Presidente da CONFAGRI, Idalino Leão, entre outras personalidades.

No Festival, que se assume como o festival gastronómico mais antigo e mais icónico



2 | 3. ALGUNS PRODUTOS COOPERATIVOS USADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DE SHOWCOOKINGS E DEGUSTAÇÕES



4. AÇÃO DE DEMONSTRAÇÃO REALIZADA NA PRAÇA CONFAGRI

5. REALIZAÇÃO DE SHOWCOOKING COM PRODUTOS COOPERATIVOS



6. IMAGEM GERAL DA PRAÇA CONFAGRI

7. REALIZAÇÃO DE SHOWCOOKING COM PRODUTOS COOPERATIVOS

Na Praça CONFAGRI, além dos vários *showcookings*, onde alguns dos mais conceituados chefs nacionais efetuaram várias demonstrações gastronômicas para o público saborear, puderam também ser degustados inúmeros produtos cooperativos nacionais com uma qualidade de excelência. Este certame consagrou, num só local, o melhor da produção e da gastronomia, onde foram colocados à prova os melhores produtos e sabores das várias regiões do país, fazendo as delícias dos amantes da boa mesa. ●

do país, a CONFAGRI, em conjunto com as suas Federações Associadas, assumiu um espaço de destaque com a instalação,

na zona central da Casa do Campino, da "PRAÇA CONFAGRI", onde reuniu a melhor seleção de produtos cooperativos nacionais.

DEBATE SOBRE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO NO SECTOR AGROALIMENTAR EM DUAS AÇÕES DISTINTAS REALIZADAS NA SEDE DA CONFAGRI

TEXTO

DOMINGOS GODINHO

CONFAGRI



1. OPEN DAYS DO PROJETO I-RESTART

No âmbito do Projeto I-Restart, decorreram no passado dia 16 de novembro, duas iniciativas distintas, realizadas na sede da CONFAGRI, com o objetivo de debater as competências e formação no sector agroalimentar, das quais iremos dar conta neste artigo.



2. OPEN DAYS DO PROJETO I-RESTART



3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE O PACTO PARA AS COMPETÊNCIAS

1ª INICIATIVA - CONFAGRI PROMOVE EVENTO OPEN DAYS, NO ÂMBITO DO PROJETO I-RESTART

A iniciativa do Open Days do projeto I-Restart, decorreu na sede da CONFAGRI no dia 16 de novembro.

O projeto I-Restart é um projeto Europeu ERASMUS +, que envolve 27 parceiros de 11 países. O único parceiro Português é a CONFAGRI.

Este Projeto visa requalificar e melhorar as competências da mão de obra



4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE O PACTO PARA AS COMPETÊNCIAS

nos sectores agroalimentar e veterinário. Para atingir estes objetivos, o I-Restart facilitará a transferência de competências intersectoriais e intergeracionais através da adoção de uma metodologia inovadora de microcredenciais, que proporcionará padrões inclusivos, flexíveis e envolventes baseados no trabalho com orientadores, abrindo simultaneamente o ecossistema a trabalhadores externos.

O projeto, que tem em conta os resultados do projeto FIELDS sobre agricultura e silvicultura, disponibilizará ferramentas para fazer face aos desafios futuros com a oferta de currículos compatíveis com 10 perfis profissionais (EQF 4, 5 e 6) para um total de 3200 horas de formação e 3600 horas de aprendizagem em contexto de trabalho.

No total, 16 formadores e 120 formandos beneficiarão de formações-piloto em 8 países. Além disso, 40 estudantes concluirão o modelo de aprendizagem em contexto de trabalho, que também inclui competências empresariais avançadas e envolve 32 orientadores.

No âmbito deste projeto, que se iniciou em setembro de 2022, a CONFAGRI promoveu um primeiro evento em Portugal, no dia 16 de novembro, o *I-Restart Opens Days*. No evento, além de terem sido apresentados os objetivos e atividades do projeto I-Restart, foram também apresentados os resultados de outro projeto Erasmus +, o projeto Fields, tendo ainda sido debatido com a DGAV, na pessoa da Professora Yolanda Vaz, a formação profissional na área da saúde animal para produtores pecuários, que resulta da Legislação Europeia de Saúde Animal.

No final houve espaço para um almoço de *networking* entre participantes e oradores.

2ª INICIATIVA - PRIMEIRA APRESENTAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL DO PACTO PARA AS COMPETÊNCIAS

CONFAGRI, FIPA e Instituto Politécnico de Coimbra, juntaram-se para discutir, formação e competências no sector Agroalimentar. O evento decorreu no dia 16 de novembro da parte da tarde. Foi aproveitada a ocasião para fazer a apresentação pública da iniciativa da Comissão Europeia Pacto para as Competências, a primeira realizada em Portugal. Perante uma plateia constituída por entidades ligadas à Formação Profissional no sector agroalimentar, e com a participação presencial de Sandra Lameira, Diretora do Departamento do Catálogo Nacional de Qualificações da ANQUEP, Custódia Correia, da DGADR, da Secretária-Geral Adjunta da CONFAGRI, Aldina Fernandes, do Diretor-Geral da FIPA, Pedro Queiroz e de Rui Costa do Instituto Politécnico de Coimbra. O evento contou ainda com uma intervenção gravada de Joanna Napielera, da Agência da Comissão Europeia CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação, sob o tema “Inteligência de Competências no Sector Agroalimentar”. Foi ainda apresentada e debatida pelos presentes a Iniciativa da Comissão Europeia, “Pacto para as Competências” e os projetos ERASMUS +, I-Restart, Fields e EQVET. ●

Cuidamos da sua saúde em todos os momentos da vida

O seu seguro de saúde agora com as opções **VINTAGE** e **VINTAGE PLUS**:

- Sem idade limite de permanência
- Sem questionários médicos
- Preço fixo
- Serviços ao domicílio desenhados para Clientes sénior
- Acesso à rede Médis
- Rede de estomatologia
- Rede de farmácias
- Médico Online
- 1.000.000 € para doenças graves na opção Vintage Plus



PUBLICIDADE 04/2023



Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.



O Seguro CA Saúde é um produto comercializado em regime de co-seguro entre o **CREDITO AGRICOLA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.** Rua de Campolide, 372 - 3º Dt.º - 1070-040 Lisboa E-mail: geral@ca-seguros.pt Capital Social: 18.000.000 € - M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva nº 503 384 089 e a **MÉDIS - COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS DE SAÚDE, S.A.** Praça Príncipe Perfeito, 2 - 1990-278 Lisboa Capital Social: 12.000.000 € - M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva nº 503 496 944 Registo ASF 1131 - www.asf.com.pt



App CA Seguros | [CA Online](#) | WhatsApp 963 806 000

Para mais informações: ca-seguros.pt | 213 806 000

Atendimento personalizado, das 9h às 18h30 de 17h30. Custo de uma chamada para a rede fixa nacional.



Grupo Crédito Agrícola



1. DADOS: DO PROCESSAMENTO À DECISÃO. AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO PROJETO DIGIFARM2ALL



2. DEBATE SOBRE A FORMAÇÃO NA AGRICULTURA DE PRECISÃO



3. ASPETO DA SALA

TERCEIRO ANIVERSÁRIO DO INOVTECHAGRO

O InovTechAgro, Centro Nacional de Competências para a Inovação Tecnológica do Sector Agroflorestal, comemorou o seu 3º aniversário no dia 29 de novembro, na Escola Superior de Tecnologia de Portalegre.

A presidência do Centro de Competências é partilhada entre o Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e a Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo. Duas organizações de cooperativas fazem parte do órgão de gestão, a FENALAC e a FENAPECUÁRIA. A missão do Centro é a transferência de conhecimento, a capacitação, o desenvolvimento experimental e apoio à investigação para as áreas de Agricultura de Precisão, Mecanização e Digitalização, alinhado com a Rede de Inovação e contribuindo para o Plano de Ação para a Transição Digital com o foco nas fileiras de produção agroflorestal.

SESSÕES PARALELAS – A AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO PROJETO DIGIFARM2ALL

O programa contou com a realização de sessões paralelas de projetos onde participa o InovTechAgro, nomeadamente o projeto DigiFarm2all, no qual a CONFAGRI integra o consórcio. No âmbito deste projeto foi feita uma ação de capacitação sobre o uso dos dados de sensorização nas tomadas de decisão relativas às decisões de gestão das culturas. Foi dado nome a esta ação de “Dados: do processamento à decisão”. A ação contou com a participação do Livia Plan do SF COLAB, Francisco Mondragão do IPP, José Silvestre do INIAV e ainda uma comunicação de António Pinto da ADVID.

Depois de uma primeira fase do projeto em que a tarefa principal foi a de instalar os pilotos para a receção de dados da sensorização, entrámos numa segunda fase relativa à gestão e transformação destes dados em informação para suporte das decisões. Esta sessão centrou-se precisamente no uso dos dados focando-se nos sectores da olivicultura e da viticultura.

O EVENTO COMEMORATIVO

O programa contou com a comunicação de especialistas em inteligência artificial e redes de comunicação na agricultura. Entrevieram Miguel Castro Neto (Diretor da Nova I.M.S.) e João Mendes Moreira (investigador sénior no INESC TEC). Foram também apresentados resumidamente diversos projetos de inovação em que o Centro de Competências está envolvido. Houve ainda espaço para debater a formação em agricultura de precisão com a participação do InovTechAgro. Num painel moderado pela Voz do Campo entrevistaram pela ACOS, Rui Garrido, pela Agrotech Fundão, Pedro Neto, pela CAP, Sílvia Veríssimo e pela CONFAGRI, Domingos Godinho. Neste debate ficou evidenciada a falta de unidades de formação na área da agricultura digital dentro do Catálogo Nacional de Qualificações.

Parabéns ao InovTechAgro, principalmente ao Prof. Luís Alcino, por todo o trabalho que tem desenvolvido. ●

PRESIDENTE DA CONFAGRI ELEITO PARA ÓRGÃO DE TOPO DA AGRICULTURA EUROPEIA

Idalino Leão, Presidente da CONFAGRI, foi eleito Vice-Presidente da COGECA (Confederação Geral das Cooperativas Agrícolas Europeias), órgão que representa as Cooperativas agroalimentares, florestais e de pesca europeias junto das instituições da UE e de outras organizações socioeconómicas.



As eleições na COGECA decorreram no, dia 30 de novembro, e elegeram Lennart Nilsson, de origem Sueca, que substituirá a 1 de janeiro de 2024, Ramon Armengol das Cooperativas Agroalimentares de Espanha. Portugal, com Idalino Leão nesta nova liderança, faz parte de uma equipa que inclui, Itália, França, Polónia, Roménia e Dinamarca. Esta Vice-presidência reveste-se de uma enorme importância para Portugal e suas Cooperativas, em especial num momento em que teremos como pano de fundo, em 2024, um novo elenco nas instituições euro-

peias resultado das eleições europeias em junho e com reflexo na Comissão Europeia bem como no Parlamento Europeu, que irão trabalhar sobre um conjunto de novas políticas agrícolas e ambientais decisivas para a produção em Países como o nosso. Segundo Idalino Leão é imperativo voltar a assumir a produção agrícola como estratégica contribuindo para a sustentabilidade económica, social e ambiental dos territórios, reconhecendo o papel dos agricultores e das Cooperativas como fundamental para a coesão dos territórios. ●

Quer elaborar um projeto de investimento ao PDR 2020?



A CONFAGRI pode ajudá-lo!



O nosso corpo técnico com larga experiência na área, assegura a elaboração de candidaturas às medidas de investimento na exploração agrícola, às medidas de transformação e comercialização e às medidas florestais do PDR 2020. A CONFAGRI proporciona ainda o acompanhamento técnico do projeto e a elaboração de pedidos de pagamento.

Esperamos por si!



Para mais informações: confagri@confagri.pt ou 218 118 000

BREVES

FALECIMENTO DE PEDRO MARIA LUPI D'OREY

Faleceu no passado dia 21 de outubro Pedro Maria Lupi d'Orey. Era uma pessoa que não passava despercebida onde quer que entrasse, enorme em tamanho e de coração.

Nascido a 2/8/1959 e criado na Herdade de Rio Frio, abraçou com dedicação e paixão o peso da herança de uma família que foi proprietária de uma das maiores casas agrícolas do país. Iniciou o seu percurso profissional cedo, no laboratório da Quavi, empresa de cortiça no Montijo. Foi incentivado a frequentar o ensino superior pela hierarquia com a perspetiva do seu regresso.

Licenciou-se em Produção Animal com 15 valores na Escola Superior Agrária de Santarém em 1984, ano em que inicia a sua ligação profissional com a Sociedade Agrícola de Rio Frio, ficando responsável pela Adega da Herdade, laboratório e produção de vinhos. Durante esse período, em que importa a primeira máquina de vindimar em Portugal, dedica-se à produção de tintos, brancos, rose, moscatel e aguardentes.

Ganha diversos prémios internacionais com vinhos da casa Rio Frio.

Em 1989, entra para a Sociedade Agrícola dos Quatro Vales e para a Sociedade do Cabanão, onde sempre exerceu posições de gerência. No Cabanão empreende a criação dos cavalos com ferro LO (Lupi d'Orey). Cavalos vendidos para toureio e obstáculos, fruto de uma égua de mais de 30 éguas, que ainda hoje em dia pastam livremente pelos montados da Herdade. Por essa altura, inicia igualmente a criação de gado bovino, com cerca de 700 cabeças, sendo pioneiro na inseminação artificial no país da raça BBB, este ano em contacto com exploração no Brasil, para seleção de sêmen.

Em 2000, entra para o ADS da **Península de Setúbal?** com funções executivas não remuneradas, onde se manteve em funções até hoje.

Fez parte de diversas associações, mer-telengos, CONFAGRI.

Deixa Rio Frio com a responsabilidade e preocupação de manter a exploração



robusta para as gerações vindouras. Um homem simples, acima de tudo o seu maior orgulho e felicidade, era a família. Feliz num casamento de quase 40 anos, 4 filhos, 9 netos.

Nutria também um enorme entusiasmo pelo mar e tinha como hobby a construção à escala de barcos em madeira.

Uma vida mais curta que esperávamos, mas com uma grande pegada, que marcou muitos, cheia de alegria e ligação ao campo e natureza.

A CONFAGRI, sentindo a perda de um enorme dirigente associativo, deixa as suas profundas condolências à Família e Amigos. ●

CA SEGUROS REFORÇA OS SEUS CANAIS DIGITAIS COM O LANÇAMENTO DO WHATSAPP

A CA Seguros, seguradora Não Vida do Grupo Crédito Agrícola, reforça os seus canais digitais com o lançamento de mais uma ferramenta de contacto com o Cliente para a gestão de seguros, o WhatsApp. O serviço WhatsApp da CA Seguros permite o acesso em tempo real a informações sobre os dados e documentos das apólices, participação e acompanhamento de sinistros, atualização de dados pessoais, pedidos de assistência, cobranças, referências multibanco, entre outras funcionalidades que vêm reforçar a relação de proximidade com os Clientes. O WhatsApp da CA Seguros encontra-se

disponível para *smartphones* através do número +351 963 806 000 e para computador e *tablet* via web chat no site do Crédito Agrícola.

Para João Pedro Borges, Presidente do Conselho de Administração da CA Seguros, "este novo canal vem complementar uma das prioridades da seguradora em prestar um serviço de excelência, mantendo a sua aposta no desenvolvimento de soluções digitais e inovadoras para garantir a melhor experiência ao Cliente, juntando-se aos dois canais digitais já existentes para a gestão de seguros, App CA Seguros e CA Seguros Online".

Esta é uma ferramenta de comunicação versátil e interativa que permite aprimorar a qualidade no atendimento aos Clientes e cujas funcionalidades disponíveis são das mais completas das atualmente existentes no mercado. ●

SOBRE A CA SEGUROS:

A Crédito Agrícola Seguros é a seguradora não vida do Grupo Crédito Agrícola, constituída em 1994, e disponibiliza as suas soluções de proteção e segurança exclusivamente através da rede bancária do Crédito Agrícola com mais de 600 Agências. A empresa tem vindo a crescer todos os anos, e conta com 190 Colaboradores, a maioria deles com mais de 15 anos de permanência na companhia.

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade: Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS

